



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Curso de Serviço Social



AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NO BRASIL (2013 - 2023)

Sabrina Assis de Oliveira

Mariana - MG
2024

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NO BRASIL (2013 - 2023)

Sabrina Assis de Oliveira

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto.
Orientador: Prof. Dr. Leonardo Nogueira Alves.

Mariana - MG
2024

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

O48p Oliveira, Sabrina Assis De.
As políticas públicas para a juventude no Brasil (2013-2023).
[manuscrito] / Sabrina Assis De Oliveira. - 2024.
68 f.: il.: tab..

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Nogueira Alves.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Jovens. 2. Juventude. 3. Política pública. I. Alves, Leonardo Nogueira.
II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 364.4-053.6

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Sabrina Assis de Oliveira

As políticas públicas para a juventude no Brasil (2013-2023)

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 21 de fevereiro de 2024

Membros da banca

Dr. Leonardo Nogueira Alves - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr. Cláudio Henrique Miranda Horst - Universidade Federal de Ouro Preto
Dra. Marina Rodrigues Correa dos Reis - Secretária de Desenvolvimento Social e Cidadania/Prefeitura de Mariana

Leonardo Nogueira Alves, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 06/03/2024



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Nogueira Alves, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 06/03/2024, às 19:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0679113** e o código CRC **D9328FA9**.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho marca o término de uma jornada desafiadora e repleta de aprendizados que levarei eternamente em minha vida. Foram meses na construção desse trabalho e em inúmeros momentos pensei que não daria conta, no entanto, estou aqui e não poderia deixar de agradecer a todos que contribuíram de alguma forma com a minha formação.

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem ele nada seria possível. Foi nele que encontrei forças para seguir durante esses anos de graduação.

A minha mãe, Ingrid, por sempre estar ao meu lado, me apoiando em todos os meus projetos (mesmo sem entendê-los) e me enchendo de amor.

Ao meu pai, Lourival, por ser meu maior incentivador e fã (isso é ele quem sempre diz), e por sempre botar muita fé em tudo o que eu me proponha a fazer.

A minha prima e melhor amiga, Amanda, por sempre estar disposta a me ajudar e em quem eu sempre encontro refúgio mesmo a quilômetros de distância.

Ao Vinicius, com quem eu venho compartilhando a vida, por estar ao meu lado durante esse processo, me apoiando constantemente e incentivando o meu crescimento.

Ao grande amigo que a UFOP me deu, Niddy, pelo companheirismo e parceria ao longo do curso e por fazer a caminhada ser mais leve.

Aos colegas que fiz durante esse percurso, ter pessoas para compartilhar ideias, experiências e desafios tornou a trajetória mais enriquecedora.

Ao meu orientador, Leonardo, pela excepcional orientação, pela paciência e pelo apoio que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

A todos os professores do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, por todos os ensinamentos.

A equipe do CRAS Cabanas, em especial a minha orientadora de campo, Sabrina Kezia, por terem me recebido durante os períodos de estágio e por serem tão acolhedores.

E por fim, reservo um espaço de agradecimento a mim mesma por essa conquista. A jornada até aqui exigiu determinação, disciplina e comprometimento para alcançar meus objetivos. Por isso, aprecio meus esforços e sou grata por ter me mantido firme.

Os meus sinceros agradecimentos a todos!

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo principal analisar as políticas públicas destinadas às juventude no Brasil a partir do Estatuto da Juventude de 2013. Aos objetivos específicos coube a análise da diversidade da juventude e as políticas criadas para os jovens, buscando entender os motivos que levaram a criação das políticas e como elas se desenvolvem. Para a execução da pesquisa foram utilizadas bibliografias prévias que tratam sobre o tema da juventude no Brasil, documentos e sites do Governo Federal que forneceram informações sobre as políticas destinadas à juventude e os processos de desenvolvimento delas. Das considerações que puderam ser feitas foi constatado que apesar da criação de políticas e programas para a juventude a partir da criação do Estatuto da Juventude, ainda são necessárias mudanças no desenvolvimento das políticas para que elas possam ser melhor efetivadas para alcançar mais jovens e para que tenham continuação. Pode ser visto também que mesmo com a promulgação do Estatuto em 2013, o que se tornou um marco para a juventude brasileira, enfrentamos no Brasil de 2016 a 2022 formas de retrocesso no que diz respeito às políticas públicas o que gerou impactos negativos para o andamento das políticas de juventude, ou seja, apesar de vivenciarmos avanços eles foram seguidos de uma onda de retrocessos.

Palavras-chave: Jovens; Juventude; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The main objective of this course conclusion work is to analyze public policies aimed at youth in Brazil based on the 2013 Youth Statute. The specific objectives were to analyze the diversity of youth and the policies created for young people, seeking to understand the reasons that led to the creation of policies and how they develop. To carry out the research, previous bibliographies were used that deal with the topic of youth in Brazil, documents such as Laws, draft Laws and the Statute, and Federal Government websites that provided information on policies aimed at youth and their development processes. . From the considerations that could be made, it was found that despite the creation of policies and programs for youth following the creation of the Youth Statute, changes are still needed in the development of policies so that they can be better implemented to reach more young people and so that continue. It can also be seen that even with the promulgation of the Statute in 2013, which became a milestone for Brazilian youth, we faced in Brazil from 2016 to 2022 forms of regression with regard to public policies, which generated negative impacts on the progress of youth policies, that is, despite experiencing advances, they were followed by a wave of setbacks.

Keywords: Young people; Youth; Public Policy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantidade total de jovens.....	26
Tabela 2: Quantidade total de jovens em relação à cor/raça.....	26
Tabela 3: Atividades exercidas pelos jovens.....	27
Tabela 4: Alguns exemplos de programas destinados aos jovens.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF - Constituição Federal

COIJUV - Comitê Interministerial da Política Pública de Juventude

CONJUVE - Conselho Nacional de Juventude

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MMFDH - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

PNAD CONTÍNUA - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PPJ - Políticas Públicas de Juventude

PROJOVEM - Programa Nacional de inclusão de Jovens

SNJ - Secretaria Nacional de Juventude

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
2. REFLEXÕES SOBRE A JUVENTUDE.....	15
2.1. O conceito de juventude.....	15
2.2. Aspectos da formação brasileira e repercussões na juventude.....	18
2.3. A produção de conhecimento sobre a juventude brasileira: balanço das pesquisas de 2010 a 2019.....	24
2.4. A organização da juventude e a luta por políticas públicas.....	30
2.4.1. Juventude brasileira e lutas sociais.....	33
3. AS POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE NO BRASIL.....	38
3.1. O Estatuto da juventude: marco legal das políticas públicas para a juventude brasileira.....	38
3.2. Da definição de sujeitos às políticas públicas: iniciativas governamentais de 2013 a 2022.....	44
3.3. As políticas para a juventude: desafios e impasses.....	54
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	63

INTRODUÇÃO

A presente monografia é um dos pré-requisitos para a conclusão do curso e obtenção do título de bacharel em Serviço Social na Universidade Federal de Ouro Preto e tem como objetivo geral analisar as políticas destinadas às juventudes no Brasil a partir da criação do Estatuto da Juventude, além disso, são objetivos específicos do trabalho analisar a diversidade das juventudes e analisar as políticas criadas para os jovens, buscando entender os motivos que levaram a criação dessas políticas e como elas se desenvolvem.

O tema juventude de certa forma sempre me trouxe curiosidade e interesse, não apenas pelo fato de estar vivenciando a juventude, mas também porque eu sempre quis entender melhor o que era a juventude e o que a acompanhava, como as sensações e principalmente o pertencimento a essa fase, que traz consigo um turbilhão de sentimentos que são aflorados e que ainda não sabemos ao certo como reagir a eles, além de nos trazer responsabilidades que são cobradas mas que nem sempre são ensinadas a enfrentar.

Surgiu assim, a vontade de estudar não somente a juventude, mas também as políticas públicas destinadas aos jovens. Um dos motivos foi o fato de que percebi em meu campo de estágio (CRAS Cabanas), uma quantidade significativa de jovens do território onde eu estava que possuíam interesse em acessar o Programa ProJovem no município. A partir disso me despertou a curiosidade de saber quais outros programas/ações/projetos eram destinados aos nossos jovens, não apenas em meu município, mas de modo geral no país, já que pouco se falava sobre juventude e sobre o Estatuto da Juventude em meus locais de convivência (universidade e campo de estágio).

Outro fator que deve ser considerado para o desenvolvimento da pesquisa sobre as PPJ é a relação que existe com o Serviço Social e com o exercício profissional. Uma vez que o estudo das políticas públicas se torna um elemento fundamental tanto na formação, quanto na atuação profissional, fornecendo formas de entendimento sobre a realidade social e materialização para o trabalho. Fazendo com que assim, para além da compreensão teórica, possamos ter subsídios para as práticas futuras, contribuindo para implementação e avaliação de políticas. Então, mesmo que durante a graduação não tenha sido debatido com profundidade sobre

as políticas para a juventude, esse se tornou um tema de interesse e curiosidade, afinal, as PPJ podem ser um norte para o desenvolvimento profissional.

Para além da relação existente com o exercício profissional, a discussão e a pesquisa sobre o tema da juventude durante a graduação pode se tornar importante quando se trata da discussão das gerações dos grupos temáticos de pesquisa da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Fazendo com que assim haja a troca de conhecimentos teóricos sobre o assunto e crie maiores oportunidades de discussão, fortalecendo a produção de conhecimento voltado à juventude brasileira.

O trabalho se trata de uma pesquisa quanti-qualitativa, ou seja, uma abordagem que integra os métodos quantitativos e qualitativos, buscando aproveitar ambas para que se tenha uma compreensão mais abrangente do que está sendo estudado. A pesquisa quantitativa envolve a coleta de dados e indicadores numéricos de um determinado ponto para classificá-los e descrevê-los, assim como foi feito na análise do perfil dos jovens brasileiros, para que fosse possível complementar o trabalho que estava sendo desenvolvido. Já a pesquisa qualitativa concentra-se na análise de conteúdos explorando os significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes de forma mais interpretativa.

A preocupação aqui não será apenas com os dados estatísticos e nem mesmo só com o estudo das descrições e interpretações de outros autores tanto sobre a juventude em si, quanto sobre as políticas públicas para a juventude. Mas sim, será um conjunto entre os dois métodos uma vez que “elas podem e devem ser utilizadas, em tais circunstâncias, como complementares, sempre que o planejamento da investigação esteja em conformidade (Minayo; Sanches, 1993, p. 240)”

A proposta foi a utilização de uma abordagem documental e bibliográfica. A pesquisa documental é aquela que se concentra na análise de documentos e registros que são fontes importantes para a coleta de dados a serem utilizados ao longo do trabalho. Dentre os documentos utilizados neste trabalho estão algumas

Leis¹, projeto de Lei², Decretos³, a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Juventude, a Agenda Juventude de 2013 e o Atlas das Juventudes de 2021. Já a pesquisa bibliográfica, se trata de uma abordagem onde são analisadas bibliografias prévias sobre o tema, para compreender o que já se sabe acerca do assunto e quais elementos ainda não estão concretizados. Para isso foram utilizadas bibliografias prévias sobre o tema juventude e sobre a concepção de políticas públicas, principalmente aquelas escritas a partir dos anos 2000, foi feita então uma primeira leitura dos textos e em seguida foi realizada uma leitura mais aprofundada para que fosse possível separar o que seria utilizado em cada parte do trabalho.

Durante a pesquisa, além de recorrer aos livros e documentos, foi feito também contato com a Câmara dos deputados, a fim de se conhecer alguns dos atores que estavam envolvidos com a construção das políticas públicas para a juventude. Também houve a tentativa de entrar em contato com três figuras importantes que estiveram/estão envolvidas com a juventude, Jessy Dayane Silva Santos⁴, Severine Carmem Macedo⁵ e Luiza Borges Dulci⁶, a intenção era que pudesse ter um momento de troca com elas a respeito dos papéis que desempenharam e das contribuições que elas poderiam ter sobre o tema para além dos livros e artigos que já publicaram. No entanto, só foi possível efetivar o contato com a Luiza Dulci, com ela foi possível realizar uma reunião *online* e entender um pouco mais sobre o trabalho que foi realizado durante o período em que ela esteve como Assessora de Juventude do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Quanto à estruturação do estudo em questão, ele está dividido em dois capítulos que serão apresentados a seguir, onde cada uma abordará um objetivo

¹ Como alguns exemplos de Leis utilizadas temos: a Lei N.º 12.852/2013 que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE, a Lei n.º 11.129/05 que criou a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e a Lei N.º 13.266/2016 que extingue e transforma cargos públicos; altera a Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e a Lei n.º 11.457, de 16 de março de 2007; e revoga dispositivos da Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003. Outras Leis também foram utilizadas e poderão ser vistas ao longo da pesquisa.

² Como o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 20/2016, que faz com que a Secretaria Nacional da Juventude e o Conselho Nacional da Juventude voltem a ser parte integrante da Secretaria de Governo e Presidência da República.

³ Dentre os Decretos utilizados durante a pesquisa estão: o Decreto N.º 8.074/2013 e o Decreto N.º 11.572/2023, onde ambos instituíram o Comitê Interministerial da Política de Juventude.

⁴ Jessy Dayane Silva Santos, atual secretária adjunta da Secretaria Nacional de Juventude.

⁵ Severine Carmem Macedo, ex-secretária da Secretaria Nacional de Juventude (2011/2014).

⁶ Luiza Borges Dulci, ex-assessora de Juventude do Ministério do Desenvolvimento Agrário e atual assessora da Secretaria Geral da Presidência da República.

específico. Assim como explicitado acima, o objetivo geral do trabalho é analisar as políticas destinadas às juventudes no Brasil a partir da criação do Estatuto da Juventude de 2013. Já os objetivos específicos são: a análise da juventude e sua diversidade, e a análise das políticas criadas para os jovens, buscando entender os motivos que levaram a criação de políticas e como elas se desenvolvem.

No primeiro capítulo, será realizado um estudo sobre a juventude, apresentando o conceito de juventude em nossa sociedade, o perfil dos jovens brasileiros e as primeiras aproximações entre juventude e as políticas públicas. Para isso recorrerei a uma diversidade de autores, mas os principais utilizados para a elaboração do trabalho são, Abramo (1997, 2005 e 2014), Carrano (2003 e 2014), Dayrell (2003 e 2014), Freitas (2005), Léon (2005) e Sposito (2003). Além disso, foram utilizadas pesquisas que traçaram o perfil dos jovens brasileiros, como a Agenda Juventude de 2013 e o Atlas das Juventude de 2021, a fim de entender o que mudou no perfil dos jovens entre esses anos.

Já o segundo capítulo será dedicado ao estudo sobre a criação do Estatuto da Juventude, ao conhecimento sobre as iniciativas governamentais que tivemos no Brasil de 2013 a 2022 dedicadas aos jovens e os desafios e impasses para que essas políticas se desenvolvam. Para o desenvolvimento deste capítulo foram utilizados o site da Câmara dos Deputados e do Senado, autores como Dulci e Macedo (2019) e Donato (2014), que falam sobre as políticas para a juventude e principalmente as Leis, os Projetos de Leis e demais documentos sobre a Juventude que se encontram nos sites do Governo Federal, como as informações sobre a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude e algumas das ações realizadas a favor da Juventude.

Neste caso, é válido ressaltar que mesmo o tema da juventude e das políticas públicas no Brasil sendo algo muito amplo e com potencial para ser trabalhado houve uma certa dificuldade para acessar as informações sobre as políticas, os projetos e ações mais recentes realizadas pelo governo, isso porque as informações não aparecem por completo, o que dificulta a realização do trabalho e não gera tantas possibilidades de explorá-lo enquanto o estuda. Os instrumentos para a coleta de dados sobre a juventude nem sempre são de fácil compreensão, ou de fácil acesso, na maioria das vezes somos redirecionados a outros sites o que atrapalha o entendimento. As legislações por sofrerem muitas alterações às vezes geram uma certa confusão também, mas não se tornam tão difíceis de compreender.

Mesmo com as plataformas de acesso a informações sobre a juventude houve dificuldade para realizar pesquisas de forma mais profunda, nos levando ao questionamento sobre o para quem está direcionado às informações e notícias. Já quanto às bibliografias utilizadas, foram mais claras para o entendimento, algumas com suas particularidades por tratarem de muitas camadas, mas delas foi possível extrair muitos subsídios para construir a pesquisa.

Ao final, serão apresentadas as recapitulações sobre o que foi desenvolvido durante a pesquisa e considerações finais que foram feitas acerca do tema pesquisado, a partir da sintetização das principais conclusões realizadas ao longo do trabalho. Com essa pesquisa, almeja-se a compreensão sobre as PPJ e a contribuição para o debate sobre as PPJ.

2. REFLEXÕES SOBRE A JUVENTUDE

No capítulo que se segue iremos nos aprofundar em reflexões em torno da amplitude do conceito de juventude. Ao longo das próximas páginas tentaremos compreender o que envolve essa fase da vida para além de uma única definição. Será apresentado o conceito sobre a juventude e as diferentes formas de “defini-la”, o perfil dos jovens brasileiros e as primeiras aproximações da juventude com as políticas públicas. A intenção para além da informação é também o aprofundamento na reflexão sobre a juventude e as múltiplas dimensões que podem a envolvê-la.

2.1. O conceito de juventude

Para começar o desenvolvimento da pesquisa é preciso traçar algumas considerações acerca do conceito de juventude, dada a sua amplitude, definido de diferentes maneiras em nossa sociedade. Uma das maneiras para definir a juventude pode ser através da idade e, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, a faixa etária que engloba a juventude é dos 15 aos 24 anos, contudo, isso irá variar conforme a expectativa de vida de cada local. Já no Brasil, que é o local de referência para a pesquisa, consoante o artigo 1º do Estatuto da Juventude de 5 de agosto de 2013, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos de idade.

Bem como colocado por Freitas et al (2005, p. 07):

[...] este período, tal como genericamente definido, na sociedade moderna ocidental, começa com as mudanças físicas da puberdade (de maturação das funções fisiológicas ligadas à capacidade de reprodução), com as concomitantes transformações intelectuais e emocionais e termina, em tese, quando se conclui a “inserção no mundo adulto”.

Dessa maneira iremos notar que as mudanças que ocorrem para além da fisiologia⁷ dizem respeito a formação da personalidade dos jovens, a forma como passam a assumir responsabilidades, entre outros, o que acaba mudando o curso

⁷ As mudanças fisiológicas dizem respeito às transformações físicas e biológicas que acontecem com os seres humanos. Elas estão relacionadas ao desenvolvimento do organismo que ao longo do tempo se transforma com variações hormonais. Com isso ocorre o crescimento físico e desenvolvimento dos corpos humanos, como o crescimento ósseo, a puberdade, o desenvolvimento sexual, desenvolvimento muscular e mudanças cognitivas.

da vida dos indivíduos que estão deixando a infância, mas ainda não alcançaram a “maturidade”.

Para além da definição de juventude através da idade, temos também que ela é uma construção social, histórica e cultural (Léon, 2005), fazendo com que assim ela não seja igual para todos, visto as condicionalidades dos diversos lugares do mundo. Podendo assim, ser entendida como “[...] uma concepção, representação ou criação simbólica fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos” (Groppo, 2000, p. 8 *apud* Lanes, 2016, p. 2).

De acordo com Carrano e Dayrell (2014, p. 112):

[...] a juventude é uma categoria dinâmica. Ela é transformada no contexto das mutações sociais que vêm ocorrendo ao longo da história. Na realidade, não há tanto uma juventude, e sim, jovens enquanto sujeitos que a experimentam e a sentem segundo determinado contexto sociocultural onde se inserem e, assim, elaboram determinados modos de ser jovem. É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existente.

Desse modo, a tarefa de “construir uma definição da categoria juventude não é fácil, principalmente porque os critérios que a constituem são históricos e culturais” (Dayrell, 2003, p.41). Portanto será preciso observar o contexto econômico-social, as relações de gênero e de raça/etnia, a regionalidade, a cultura, a escolaridade e o mercado de trabalho, entre outros aspectos, para que seja possível compreender o processo de moldagem da juventude, por isso, não é possível alegar que ela exista no singular, contudo deve ser vista como juventudes, no plural, para contemplar as diferentes representações existentes.

Sendo assim, é necessário

[...] observar a juventude como uma etapa da vida que tem suas próprias oportunidades e limitações, entendendo-a não somente como um período de moratória e preparação para a vida adulta e o desempenho de papéis pré-determinados (León, 2005, p.14).

Ou seja, é preciso que se perceba a juventude como um período crucial da vida, uma etapa única que carrega diferentes desafios e oportunidades, pois não se trata apenas de uma fase de espera até que a vida adulta chegue. É necessário que a enxerguemos como um momento de oportunidade para aprender mais sobre as formas de ser e estar no mundo, desenvolvendo, a sua própria identidade.

Diante disso, conforme o pensamento de Dayrell (2003), é preciso nos desprendermos de alguns critérios rígidos que foram impostos ao longo dos anos e considerar a juventude como algo mutável que irá ganhar noções variadas a partir do contexto social em que estamos inseridos e da época em que ela está acontecendo. Noutras palavras, é “a variável vida cotidiana que define a vivência e experiência do período juvenil” (León, 2005, p.14).

Na realidade em que vivemos a juventude pode ganhar diversas noções. Elas podem ser de cunhos positivos ou negativos, remetendo a coisas boas e ruins da vida, mas na maioria das vezes ela fica presa na noção de ser um momento de passagem, transição da vida.

Quando ela é remetida ao “momento ruim”, ela pode ser considerada como um aspecto negativo, tanto para quem vivência como para os sujeitos que estão ao redor dos jovens. Isso pode ocorrer pelo fato de que é nessa fase da vida que alguns questionamentos sobre nós mesmo como quem somos e o que faremos de nossas vidas começam a existir. O que poderá nos levar a sensação de estar perdido/confuso o que pode fazer com que tomemos atitudes que não são compreendidas pelos demais e podem ser associadas como negativas e prejudiciais pela fase da vida em que nos encontramos.

Nesse momento podem surgir as crises e distanciamentos, de amigos, família e às vezes de si mesmo. Em decorrência disso, muitos jovens são rotulados como irresponsáveis, imaturos, violentos e pessoas de difícil convivência. Eles acabam chamando atenção de um modo ruim, o que faz com que os projetos, programas e as políticas a eles destinadas os coloquem como sujeitos que precisam ser “podados” para não se tornarem infratores futuramente, surge uma noção de necessidade de controle e não a de garantia de direitos sociais.

Também há aqueles que enxergam a juventude como uma etapa em que os sujeitos possuem muita energia, criatividade, disposição, potencial, alegria e prazer de viver. Ou seja, é como se o período da juventude fosse um momento em que surgem ideias e atitudes que podem ser vistas como inovadoras e transformadoras, e que possuem potencial para incitar mudanças.

No entanto, a juventude também pode ser vista como um momento de transitoriedade, ou seja, uma preparação para a vida adulta que logo irá começar e com ela novas responsabilidades virão, como constituição de família, mercado de trabalho e formação acadêmica. Contudo, a juventude não pode ser vista apenas

pela ótica do que virá a ser, ela precisa ser entendida como tudo que já é o que está transformando. Segundo Dayrell (2003, p. 42) a juventude deve ser vista

[...] como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma.

Assim como em outras fases da vida, os jovens precisam ser vistos como sujeitos possuidores de direitos no presente em que vivem, eles não podem esperar se tornarem adultos para passarem a se sentir como pertencentes a algo. É necessário um olhar sobre a juventude que a considere portadora de mudanças, que precisa de atenção e que é uma etapa crucial da vida, que tal como as demais precisa ser olhada com especificidade, pois se trata de um período de grande intensidade.

O que se pode afirmar então, é que não há um único aspecto que define a juventude, pois ela é ampla e repleta de determinações a depender do contexto sócio-histórico onde está sendo vivenciada. É uma categoria que está em permanente construção social e que possui diferentes critérios que devem ser considerados para tentar defini-la. E será pelo fato de que nos últimos anos a condição juvenil vem sofrendo diversas transformações que surge a necessidade da criação de programas, projetos e políticas públicas que alcancem os mais diversos jovens.

Desse modo, será pensando em conhecer a juventude como categoria social que necessita de ações do Estado na perspectiva da proteção social, com particularidades e demandas próprias, que serão desenvolvidas estratégias para a promoção do bem-estar, autonomia, desenvolvimento integral dos jovens, capacitação e criação de possibilidades para o futuro, a partir do Estatuto da Juventude, sancionado no ano de 2013 onde serão apresentados os parâmetros para a construção de políticas públicas destinadas à juventude brasileira.

2.2. Aspectos da formação brasileira e repercussões na juventude

Ainda no que diz respeito à juventude e o modo como ela é vista, é importante nos voltarmos à forma como o país foi constituído a fim de que possamos

entender a influência dessa formação na vida dos jovens. O intuito é que possamos passar de forma breve sobre os principais fatos da constituição do Brasil.

Falar sobre a formação histórica do Brasil é complexo, visto que há uma série de eventos que influenciaram o modo como conhecemos a nossa nação, e como o seu povo é visto, além disso, os diversos autores que tratam sobre o tema possuem diferentes abordagens teóricas e conceituais. A história que majoritariamente é difundida começa com a invasão dos portugueses em 1500, no entanto é necessário lembrarmos que antes disso já havia diferentes grupos étnicos que ocupavam os territórios do que viria a ser o Brasil. Sendo assim, “surgimos da confluência, do entrechoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos” (Ribeiro, 1995, p.19).

Para entendermos então a formação do Brasil a partir da invasão colonial do portugueses é preciso tematizar o papel da colonização. Para isso, recorrerei a Caio Prado Júnior (1961), que traz em seu livro “Formação do Brasil Contemporâneo: colônia” alguns pontos importantes sobre a colonização. De início é importante destacar que as explorações marítimas realizadas pelos europeus tinham o intuito do desenvolvimento comercial, sendo assim, a colonização do Brasil foi um processo que teve como objetivo principal a exploração comercial do território e de seus bens e não se tinha a intenção a priori de uma ocupação daquele espaço. Ou seja, a colonização do Brasil surgiu como uma empresa comercial, que tinha como interesse a exploração de um território virgem e com grande potencial devido seus recursos naturais, sem preocupações com as consequências que o território sofreria com as altas explorações.

Diante disso, surge uma necessidade de mão de obra para que sejam realizados a exploração dos bens do território, para isso são utilizados os negros escravizados trazidos da África e os indígenas residentes desse território que também passam a ser explorados. Desse modo então será construída a colônia brasileira, que terá sua produção destinada à exportação visando atender as demandas de Portugal, o qual obteve muito lucro a partir de então. Relacionado a isso há o fato da existência da monocultura no período colonial, o que fazia com que a produção fosse concentrada em um único produto (como o açúcar por um tempo) e acabava por explorar de forma mais incisiva o meio ambiente. Junto a isso havia também os latifúndios, dedicados à monocultura de exportação, onde havia a

concentração de poder e riquezas nas mãos de poucos, enquanto a maioria da população era submetida às mais precárias formas de subsistência.

O que nos remete a uma das principais características do Brasil desde a sua formação e que não pode ser esquecida, a desigualdade social, que ainda hoje é refletida em todo o país. O Brasil se tornou então um local de divisões premeditadas, onde alguns passaram a possuir terras que a eles foram entregues (capitanias hereditárias) e assim assumiram o controle do que ali era produzido. Então desde esse período já era possível observar a concentração de terras e bens nas mãos de alguns, enquanto outros ficaram sem nada e precisavam se submeter ao trabalho naquelas terras em troca de sua sobrevivência, o que nos leva aos primeiros resquícios de desigualdade social.

O povo africano foi trazido para o Brasil para trabalharem nas fazendas servirem de mão de obra barata, o que fez com que os negros (homens e mulheres) passassem a ser vistos como instrumentos, que davam lucro aos seus proprietários e que deveriam viver apenas para isso. Além disso, os povos originários que já viviam no Brasil também enfrentaram a violência e o extermínio, assim como aponta Ribeiro (1995, p.25) “nessas lutas, índios foram dizimados e negros foram chacinados aos milhões, sempre vencidos e integrados nos plantéis de escravos”, mostrando mais uma vez como uma classe se sobressaia sobre as outras.

Diante disso é possível observar que surge um exacerbado distanciamento social, entre as classes de dominantes e dominados, onde a minoria privilegiada explora, maltrata e ignora os demais como se essa fosse a ordem natural da vida, o que é remetido até os dias atuais. Desse modo, passa a existir uma estrutura social onde a população negra que desde o início da história vem sendo discriminada se torna invisível diante a sociedade, com isso a maioria passa a enfrentar uma vida caracterizada pela falta, seja o desemprego, a insegurança ou a ausência de direitos fundamentais.

Após anos de toda exploração e mesmo com o processo de abolição, os negros, mestiços e indígenas continuaram sendo vistos como inferiores aos brancos e constantemente são colocados em posições desfavoráveis. Apesar da Lei Áurea de 1888, assinada pela princesa Isabel⁸, que deveria conceder aos negros a

⁸ Ao falar sobre a promulgação da Lei Áurea e a abolição da escravidão é importante que façamos o movimento de recordação dos processos que culminaram para que esse acontecimento. Não se

liberdade através da abolição da escravatura, eles continuaram exercendo por anos trabalhos para aqueles que ainda eram os detentores de capital em troca de um lugar para viver e alimentação básica, fazendo com o que mesmo com “a Abolição puras simples, porém, a atenção dos senhores se volta especialmente para os seus próprios interesses.” (Fernandes, 2008, p. 30).

Ou seja, se criou uma ilusão quanto à liberdade, pois assim como aponta Fernandes (2008), a sociedade brasileira acabou por deixar os negros aos seus próprios destinos, tendo que carregar sozinhos a responsabilidade de se transformarem para se encaixarem nos novos padrões ideais que foram criados a partir do trabalho livre. Isso pois não foram criadas condições para a melhoria de vida da população que por anos foi tida como escravos, mas sim um movimento de os deixar à mercê de suas próprias “sortes”.

Outro fato a ser mencionado é de que, após o processo de abolição, houve no país uma crescente quanto aos imigrantes, que vinham para trabalhar e recebiam mais reconhecimento do que os negros. Assim como menciona Fernandes (2008), com a chegada dos “estrangeiros” os negros e mulatos passaram a viver desvantagens, uma vez que aqueles que chegaram recentemente conseguiam ascender na vida econômica e social enquanto os negros e mulatos continuam disputando as piores oportunidades, como se eles ainda não servissem para nada além de ficar por baixo dos demais.

Nos anos seguintes que se passaram após a abolição no Brasil, houve diversas transformações que impactaram também a vida dos jovens. Com o fim da escravidão aconteceu a migração das zonas rurais para as zonas urbanas, dentre essas pessoas havia muitos jovens que estavam em busca de oportunidades de emprego. No entanto, devido às desigualdades estruturais da sociedade eles se viam em um cenário de repressão, e a maioria precisava se submeter aos

tratou de algo que aconteceu de forma rápida e simples, mas sim foi o resultado de movimentos abolicionistas realizados por diferentes grupos e figuras, como a elite abolicionista, pequenos comerciantes, ex-escravos, lideranças e organizações políticas. Durante o processo de busca pela abolição, houveram diferentes formas de resistência, sejam elas por meio dos ativistas ou das associações, que buscavam estratégias para alcançar a abolição. Aconteceram durante esse processo ações como petição, cartas, pressão as autoridades políticas, assembleias, reunião popular, eventos artísticos, feiras, passeatas, organização de associações, publicações de artigos, discursos, libertação coletivas de escravos, fechamentos de portos, fugas orientadas, criação de associações clandestinas e de quilombos e demais ações de confronto. Ou seja, o processo de abolição foi um fenômeno complexo, que contou com a alta organização e mobilização abolicionista e com a pressão política para que fosse conquistado.

subempregos ou então ficar sem ocupação, e diante disso os que estavam desocupados eram taxados de “vadios” e “vagabundos” (Paulino; Oliveira, 2020).

Foi se criando então um cenário onde havia um alto índice populacional nas cidades, mas sem condições de subsistência, sem emprego, sem acesso à educação e sem moradia. Devido ao crescimento urbano e a situação em que se encontravam, esses indivíduos foram afastados dos centros urbanos e passaram a se concentrar nos morros e periferias. Evidenciando assim, a disparidade socioeconômica e a falta de políticas capazes de atender as necessidades da população.

Se tratado da educação, mesmo com o aumento do acesso as escolas, elas não eram acessíveis a todos os jovens, principalmente os pobres e negros, devidas as desigualdades socioeconômicas e raciais que pairavam sobre a sociedade. As oportunidades para os jovens negros eram limitadas e começaram a se desenvolver a partir de reformas que aconteceram entre 1920 e 1930 em alguns estados brasileiros (Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro), fazendo com que assim os negros tivessem oportunidade de se desenvolverem (Nunes, [s. d.]).

Mesmo diante das condições a que estavam submetidos, muitos jovens tiveram destaques em movimentos políticos e sociais, marcando assim uma história de luta por uma sociedade mais justa e igualitária, desempenhando um papel crucial enfrentando os desafios que eram postos, e a partir das décadas seguintes isso foi se intensificando.

Paralelo aos acontecimentos desde a formação do Brasil, mesmo hoje após a Constituição Federal (CF) de 1988, que em tese garante os direitos básicos dos cidadãos, ainda há em muitas regiões do país pessoas que vivem em trabalho análogo a escravidão, além de existir milhares de brasileiros que não acessam o mínimo que lhes são garantidos pela CF, como acesso à moradia, educação, saúde, a própria dignidade humana e a liberdade.

Há quem acredite que existe hoje no Brasil igualdade racial⁹, no entanto não é algo que possamos sustentar visto que, desde o processo de colonização são os negros que ocupam a maioria dos espaços subalternos na sociedade. Dessa forma,

⁹ A crença de que existe igualdade racial pode ser baseada na negação do racismo ou das próprias práticas racistas, na ideia de que as leis antidiscriminatórias e as ações afirmativas tenha acabado com as desigualdades raciais, na observação de casos individuais de pessoas negras bem-sucedidas e até mesmo na alegação de que não convivem em ambientes onde existe a disseminação do racismo.

se torna espantoso o fato de que “brasileiros, orgulhosos de sua tão proclamada, como falsa, “democracia racial”, raramente percebem os profundos abismos que aqui separam os estratos sociais” (Ribeiro, 1995, p. 24).

O reflexo da desigualdade social historicamente estabelecida continua pairando sobre a vida daqueles que desde o início da nossa história sofreram nas mãos de outros homens. Junto a isso, continuamos nos deparando com o fato de quem ocupa os lugares de poder, de governança e criação de propostas de leis, programas e projetos são em sua maioria homens brancos, burgueses e que buscam servir mais à burguesia, não se importando com os demais segmentos sociais.

Pensando nisso, retomamos o nosso raciocínio sobre a formação brasileira e o perfil predominante em nosso país, que são os negros, em sua maioria pobres e os que mais sofrem desde a formação do país com as desigualdades postas. Até os dias atuais os negros são os que mais ocupam um lugar de subalternos, com menor nível de escolaridade, baixa ocupação de cargos de liderança e a maioria deles se encontram em periferias, favelas e locais mais humildes das cidades. Exemplos disso podem ser vistos no livro informativo do IBGE de 2022¹⁰, onde são apresentados os dados sobre as desigualdades sociais no Brasil por cor ou raça. Os dados revelam que no ano de 2021, por exemplo, apenas 29% dos cargos de liderança eram ocupados por negros, enquanto isso 69% eram ocupados por brancos. No que diz respeito ao mercado informal de trabalho no ano de 2021, a pesquisa apontou que entre as pessoas brancas que estavam ocupadas 32% eram de modo informal, enquanto isso entre as pessoas pretas e pardas estavam na informalidade respectivamente 43% e 47%.

Desse modo, é possível perceber que mesmo com a população negra (pretos e pardos) sendo a maioria em nosso país, ainda não há mecanismos eficazes para que eles possam desfrutar de melhores condições. Parafraseando Rodrigues e Furno (2019), “apesar de o Brasil ser um país muito rico ele é extremamente desigual e existe muita distância entre as classes”, com a população jovem o mesmo se repete uma vez que os jovens - negros em sua maioria - são os que mais

¹⁰ O livro informativo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística lançado no ano de 2022 reúne informações sobre as desigualdades que atingem a população brasileira fazendo um recorte por cor ou raça, apresentando temas como educação, trabalho, renda, patrimônio, condições de moradia, violência e representação política. As análises para a criação do livro reúnem os dados do ano de 2021 e fazem comparações com pesquisas de outros anos.

enfrentam a falta de oportunidade nas instituições de ensino e no mercado de trabalho e quando conseguem adentrar esse mercado, defrontam-se com a superexploração.

As desigualdades postas refletem a história da constituição do país e reafirmam a necessidade de implementações de políticas públicas que de fato promovam meios de transformação da realidade vivida. Desse modo, poderemos ver a seguir a sistematização das pesquisas sobre o perfil dos jovens no Brasil nos últimos anos, com o intuito de entendermos o que a formação do Brasil reflete em suas histórias.

2.3. A produção de conhecimento sobre a juventude brasileira: balanço das pesquisas de 2010 a 2019

Assim como visto no primeiro item do capítulo um desta monografia, a juventude é uma construção social, histórica e cultural, e apesar de estar englobada em uma faixa etária, ela é plural e não pode ser definida apenas por um aspecto. Ela pode ser compreendida a partir da multiplicidade de experiências vivenciadas pelos jovens, principalmente de acordo com a situação socioeconômica, região de origem, nível de escolaridade e renda familiar. Essa fase pode ser considerada como um momento da vida onde muitos buscam sua autonomia, onde surgem oportunidades e dificuldades que variam sobretudo por questões socioeconômicas.

Quanto à juventude brasileira, podemos afirmar que ela é ampla e diversificada à sua maneira. É possível afirmar que existem diversos grupos juvenis, como os de movimentos culturais e artísticos, sociais e estudantis, os religiosos, os voltados ao esporte, os empreendedores, os voluntariados, os ligados a tecnologia e inovação, há também diversos grupos relacionados aos estilos musicais e cosplayers. Em alguns casos podem possuir características semelhantes, mas também apresentam suas particularidades, como os interesses políticos, artísticos e culturais, o modo como se identificam, as suas necessidades, os seus objetivos e suas dinâmicas, tornando-se assim únicos ao seu modo.

Diante disso, é necessário compreender o perfil dessa população, tanto para a construção de políticas públicas, ações e estratégias que englobam esse público, quanto para o conhecimento de quem são esses jovens e no que estão engajados.

Para traçar o perfil dos jovens em nosso país é preciso nos atentarmos a diversidade de classe social, raça e gênero, além dos diversos grupos existentes que podem ser formados por jovens urbanos, rurais, indígenas, negros, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Intersexuais (LGBTI+), universitários, ativistas, religiosos, entre outros. Onde cada grupo se apresenta com suas características, contribuições, desafios e oportunidades. Neste tópico então, para a compreensão desse perfil utilizarei pesquisas empíricas que traçaram previamente o perfil da juventude brasileira em diferentes anos.

Para iniciar nossa sistematização sobre o perfil da juventude brasileira farei uma comparação entre os dados de 2010 a 2013 e 2019. Para isso, recorrerei a dois materiais que foram criados a partir desses dados, para que ao final seja feita uma análise sobre o que mais se repetiu nesses anos e quais as diferenças mais notáveis.

Os materiais de apoio utilizados serão, a Agenda Juventude Brasil de 2013, criada pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), se trata de uma pesquisa de opinião de caráter nacional, que visava levantar questões sobre a Juventude Brasileira, a partir da análise do perfil dos jovens, utilizando dados do IBGE (2010) e entrevistas com 3.300 jovens. A pesquisa também teve como objetivo gerar reflexões que pudessem contribuir na elaboração de políticas públicas para a juventude (PPJ). Dela será possível extrair os dados de 2013.

Irei utilizar também o Atlas das Juventudes de 2021¹¹, material feito com o objetivo de produzir, sistematizar e disseminar dados sobre as juventudes. O documento foi produzido a partir da utilização da base de dados sobre os jovens, entrevistas e questionários. Seus dados ajudarão a conhecer o perfil dos jovens de 2018 até o ano de 2020. Dessa pesquisa serão extraídos os dados de 2019.

Nessa sistematização, a fim de conhecer o perfil dos jovens me atentarei aos dados que dizem respeito ao total de jovens, cor/raça, atividade exercida, sexo, local

¹¹ O Atlas das Juventudes de 2021 é um documento idealizado pelas Organizações Idealizadoras Em Movimento e Pacto das Juventudes pelos ODS. Para o seu desenvolvimento, a primeira etapa para o desenvolvimento do Atlas foi a quantitativa e contou com o Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, com a coordenação do professor e pesquisador Marcelo Neri. A segunda etapa foi a qualitativa e quem estava presente era o TALK INC, com a coordenação da pesquisadora Carla Mayumi. Já terceira etapa se tratou do levantamento e sistematização das evidências, realizada com a coordenação da pesquisadora Laura Boeira do Instituto Veredas.

de moradia (zona urbana ou rural), grau de instrução, orientação sexual e violência.¹²

Tabela 1 - Quantidade total de jovens

Quantidade total de jovens	2010	2019
Milhões	51,3	50
Porcentagem (%)	26,9%	24%

Fonte: IBGE (2010), Pnad Contínua (2019)

A primeira análise diz respeito a população jovem total no Brasil, a partir da tabela é possível observar que houve uma queda no número de jovens de 2010 para 2019 e segundo Neri (2019 *apud* BARÃO, M. et al 2021, p.14) levando em conta o aumento da população total no país a tendência é que haja uma diminuição considerável até o ano de 2060 no número de jovens no Brasil, onde estima-se que a população jovem representa cerca de 15% da população total.

Tabela 2 - Quantidade total de jovens em relação à cor/raça

Cor	2013	2019
Branços	44,7%	38%
Pardos	45,9%	51%
Pretos	7,9%	10%

Fonte: Agenda Juventude, Atlas das Juventudes

Em relação à cor/raça declarada é possível notar que no ano de 2019 houve um aumento entre os pardos e pretos se levarmos em conta a diminuição total de jovens podemos o considerar significativo. Esse aumento significativo pode se dar por diversas razões, dentre elas podemos destacar a percepção e o reconhecimento que vem sendo conquistado, com o aumento dos debates sobre as questões raciais e também o fortalecimento dos movimentos negros, o que pode contribuir para que

¹² Para a criação da tabela 1 estão sendo utilizados diretamente os dados do IBGE de 2010 e da Pnad Contínua de 2019, as demais tabelas foram feitas através dos dados utilizados nas pesquisas mas também são advindos do IBGE e Pnad Contínua.

mais pessoas passem a se reconhecerem como pretos/pardos e fortaleçam suas identidades.

Tabela 3 - Atividades exercidas pelos jovens

Atividades	2013	2019
Apenas estuda	52%	35%
Apenas trabalha	15%	28%
Estuda e trabalha	22%	14%
Nenhum	12%	22%

Fonte: Agenda Juventude, Atlas das Juventudes

Os dados que dizem respeito às atividades exercidas pelos jovens chamam atenção em 2019 pelo fato de ter tido uma diminuição dos jovens que estudam, e um aumento significativo daqueles que trabalham e não realizam nenhuma atividade. A relação entre a baixa nos estudos muita das vezes está relacionada a necessidade de trabalhar, o que nos leva ao fato de que de acordo com a pesquisa da Agenda da Juventude de 2013 (p. 50), a maioria das vezes eles não esperam completar a maioridade para se inserirem no mundo do trabalho, e isso se dá principalmente pela necessidade e pela busca de independência. Atrelado a isso há o fato também de que muitos jovens não se sentem atraídos pelo ato de estarem em sala de aula

Outros dados serão levados em consideração para analisarmos o perfil dos jovens no Brasil. Se tratando das informações que tange à quantidade de jovens do sexo feminino e do masculino os dados encontrados em ambos os anos mostraram que não havia discrepância, ou seja, a quantidade de jovens era praticamente a mesma nos dois segmentos. Em ambas as pesquisas também me deparei com o fato de aproximadamente 85% dos jovens morarem na zona urbana e 15% na zona rural, tanto no ano de 2013, quanto em 2019.

Quanto ao grau de instrução, é importante destacar que dos jovens em 2013, cerca de 37% não havia concluído alguma etapa da educação básica, enquanto isso, no ano de 2019 a taxa era de 20%. Tanto em 2010, quanto em 2019 as principais causas que levaram os jovens a abandonarem as escolas são os fatores de ordem econômica, por motivos pessoais ou então por razões familiares. Existiam aqueles que precisam trabalhar e apresentavam dificuldade em conciliar os estudos e o trabalho, outros precisavam cuidar de irmãos mais novos ou de filhos, e além

disso tinham os que sofriam com falta de interesse em estudar, dificuldades de conseguir vagas ou até mesmo conflitos nas escolas.

A respeito da orientação sexual, esse dado não é colhido pelo IBGE, no entanto a pesquisa do Atlas da Juventude de 2021 traz dados dos jovens entrevistados que dizem respeito a suas orientações. Cerca de 70% dos entrevistados se declararam heterossexuais, 26% homossexuais e os demais não quiseram responder à pergunta (p.35). Dos que se declararam homossexuais mais de 70% falaram ter sofrido violência verbal devido a sua orientação e mais de 25% já sofreram violência física (p. 86).

Se tratando sobre violência o que se pode constatar que a juventude brasileira de modo geral se configura como alvo da violência seja na zona urbana ou na rural e isso acontece principalmente nas regiões periféricas. Além disso, sofrem como vítimas da violência de forma indireta, pois quando não acontecem com eles, acaba acometendo alguém do seu convívio. E como sabemos, no Brasil, infelizmente, a violência possui cor e no caso ela acomete mais os pretos e pardos que compõem a população negra, conforme a definição utilizada pelo IBGE.

No caso da pesquisa realizada pela Agenda Juventude de 2013 foi constatado que, entre os pretos e pardos 54% já experimentaram a perda de alguém próximo de forma violenta, enquanto isso com os brancos 45% relatam ter vivenciado o mesmo (p. 63). Já a pesquisa realizada pelo Atlas da Juventude mostrou que 74,4% das vítimas de violência letal no Brasil eram negras e 51,6% delas eram jovens (p.16). Isso nos remete a infeliz realidade que persiste no Brasil, o genocídio da juventude negra, o que evidencia as disparidades racias e sociais que enfrentamos. Enquanto alguns jovens sofrem violência pela sua orientação sexual, outros sofrem pela sua cor, e há ainda aqueles que sofrem por ambos os motivos.

A partir das análises feitas, alguns aspectos podem nos chamar a atenção quanto ao perfil dos jovens, principalmente pelo fato de muitos deles enfrentarem barreiras para se desenvolverem, uma vez que em nosso país enfrentamos uma grande segregação social. Como exemplo dos pontos que merecem destaque podemos citar a educação e o baixo nível de escolaridade dos jovens, o nível de segurança a que estão submetidos, e o acesso ao mundo do trabalho.

Fica evidente que os jovens representam uma parcela significativa da população brasileira, o que deveria ser motivo para desfrutarem as oportunidades de crescimento pessoal existentes no país e colaborar com o mercado de trabalho de

forma mais ativa. Mas, o que vemos é que mesmo com o passar dos anos se mantém o nível de escolaridade, de taxa de emprego e de renda dessa população. A maioria relata que não exerce nenhuma atividade pois faltam oportunidades e motivações.

A partir desses dados, somos levados a um ponto crucial sobre o retrato da juventude brasileira. Quando pensamos sobre a juventude é possível afirmar que em nossa sociedade “os jovens ora são vistos como problemas ou como setores que precisam ser objeto de atenção (...)” (Carrano e Sposito, 2003, p.19). Essa tendência aumenta ainda mais quando se trata de pobres, negros e periféricos — que são a maioria em nosso país — tendência que remete ao processo histórico que reiterou o racismo na construção do país.

Ao continuar rotulando os jovens como problemas sociais é ignorado todas as condições em que estão submetidos e contribui para que eles sejam vistos como pessoas que podem ter seus direitos violados. Não é levado em conta que a maioria dos jovens, assim como exposto por Sposito (2003), vivem uma situação de exclusão social, uma vez que ainda hoje muitos locais do país não ofertam ensino de qualidade, tão pouco ações que gerem interesse aos jovens, além disso há dificuldade de acesso a renda e trabalho, sem contar com as fortes repressões sofridas por aqueles que residem em regiões periféricas.

É possível observar, então, que há todo um contexto social que envolve a vida dos jovens no Brasil, o que não deve ser resumido a “escolhas” ruins dos jovens sobre suas vidas, logo os rotular como problemas não é a solução para que sozinhos possam mudar suas realidades. Mesmo que sejam sujeitos de direitos diante de leis, esse reconhecimento vem em pequenas parcelas, e os jovens precisam lidar até hoje com a dificuldade de acessar as políticas públicas que estejam voltadas a eles de fato. Sendo assim, é necessário que encontrem apoio na sociedade para buscarem evolução, ao invés de receberem desprezo e indiferença.

Apesar do que aqui foi exposto, ainda hoje há dificuldades para fazer um levantamento sobre as juventudes. Os dados do censo só são atualizados a cada dez anos e os dados da PNAD Contínua são selecionados conforme a prioridade na época, dificultando assim o acesso aos dados de forma mais ampla sobre os jovens.

2.4. A organização da juventude e a luta por políticas públicas

Para falarmos sobre o modo como a juventude no Brasil se organiza quanto à luta por políticas públicas é importante entendermos o que são essas políticas. Quando se trata de políticas sociais não há apenas um único conceito para defini-las, no entanto neste trabalho me basearei na discussão apresentada por Behring e Boschetti (2016), onde é possível compreender que as políticas públicas são um processo que resulta de relações complexas e contraditórias entre a sociedade e o Estado. As políticas sociais, são as respostas geradas pelo Estado às expressões da questão social¹³.

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento - em geral setorializadas e fragmentadas - às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (Behring; Boschetti, 2016, p.51).

Elas surgem de forma gradual e diferenciada nos países e são formas para reduzir as mazelas causadas pelo capital, garantindo as condições necessárias para a manutenção da força de trabalho à disposição do capital. Os seus desdobramentos surgem a partir da organização, da pressão e das mobilizações geradas pela classe trabalhadora, tendo sua origem no final do século XIX na Inglaterra, devido aos conflitos entre o capital e o trabalho.

No Brasil essas políticas estão relacionadas às condições sociais, políticas e econômicas. As políticas sociais, ao mesmo tempo, atuam tanto como uma forma de manutenção da ordem social quanto expressão da luta geral dos trabalhadores, expressa nos modelos de proteção social. As políticas públicas podem ser entendidas então como um conjunto de ações, que podem ser realizadas através de programas e projetos que visam atender ao interesse público e solucionar problemas sociais promovendo o bem-estar social.

Os objetivos são variados de acordo com o contexto social e as necessidades apresentadas no momento, mas, de forma geral, elas têm como objetivo, além da promoção do bem-estar, a redução de desigualdades sociais e econômicas, garantia

¹³ A questão social é um conjunto de expressões das desigualdades sociais geradas na sociedade capitalista a partir do conflito capital-trabalho. As suas múltiplas expressões são vistas através da pobreza, desemprego, precarização do trabalho, violência, inúmeras formas de discriminação, dificuldade de acesso a saúde, educação, assistência, previdência, a fome, e inúmeras outras formas.

de direitos básicos, proteção aos cidadãos, promoção da educação, garantia de acesso a saúde de qualidade para todos, promoção do acesso à cultura, entre outros objetivos que poderão surgir a depender do público ao qual se destina. Elas podem partir de propostas governamentais, ou então, partir de outros atores sociais que identificam a necessidade de criação de políticas para melhoria de algum setor na sociedade (Calmon, 2012).

Para que haja a criação de políticas públicas de forma eficiente e eficaz, que atendam as necessidades da sociedade é preciso que a população participe de certa forma de suas formulações, então, se tratando das políticas de juventude, é necessário que haja a participação dos jovens para a sua criação. Mas, “no Brasil, diferentemente de outros países, nunca existiu uma tradição de políticas especificamente destinadas aos jovens, como alvo diferenciado das crianças” (Abramo, 1997, p. 26).

Além disso, assim como afirma Abramo (1997)

Em nosso país, parece estar presente, na maior parte da abordagem relativa aos jovens, tanto no plano da sua tematização como das ações a eles dirigidas, uma grande dificuldade de considerar efetivamente os jovens como sujeitos, mesmo quando é essa a intenção, salvo raras exceções; uma dificuldade de ir além da sua consideração como “problema social” e de incorporá-los como capazes de formular questões significativas, de propor ações relevantes, de sustentar uma relação dialógica com outros atores, de contribuir para a solução dos problemas sociais, além de simplesmente sofrê-los ou ignorá-los (Abramo, 1997, p. 28).

Ou seja, ainda hoje, é preciso que se conheça mais a fundo o segmento juvenil e que se crie uma aproximação com esse segmento da população, para que eles sejam de fato reconhecidos e tratados como sujeitos sociais, que devem ser protagonistas das políticas públicas a eles destinadas e não mais serem vistos apenas como problemas sociais. Buscando criar políticas que sejam de juventude, para a juventude e com a participação da juventude, da elaboração à execução, da gestão ao monitoramento/avaliação.

Porém, mesmo com o processo de reconhecimento da categoria juvenil, enfrentamos no Brasil o fato de que as políticas em sua maioria são pensadas, implementadas e gerenciadas pelo próprio governo, com pouca participação da

sociedade, mesmo sendo um dos princípios fundamentais estabelecidos pela CF de 1988.¹⁴

Atrelado a isso, se culmina em uma frágil relação entre os jovens e a construção das políticas públicas voltadas a eles, fato que pode ser visto quando nos debruçamos sobre bibliografias dos autores que estudam o tema da juventude. Ou seja, ao mesmo tempo que existe uma alta expectativa de mudanças e melhorias, se enfrenta também o fato de existir uma baixa participação jovens na formulação de políticas, fazendo com que assim eles não se tornem de fato os protagonistas da mudança social que se almeja, mas continuem como coadjuvantes dessas políticas. Ao decorrer do caderno “Conceitos fundamentais: pontos de partida para uma reflexão sobre políticas públicas”, a própria organizadora do material, Abramo, referência no meio dos pesquisadores sobre juventude, relata a baixa participação dos jovens na formulação das primeiras agendas públicas (Abramo, 2014).

Não havia antes do início dos anos 2000 abertura para que os jovens participassem da construção de políticas públicas e direitos a eles destinados. Assim, as principais políticas públicas foram pensadas por instituições, agências e organizações, que fizeram a mediação entre os “jovens” e os formuladores de políticas, mas, sem absorver completamente o que era ansiado pela juventude. Dessa forma, as primeiras políticas de juventude envolviam

[...] organismos internacionais, gestores e políticos nacionais, organizações não governamentais, organizações empresariais, setores de igrejas e, também, um conjunto de grupos, redes e movimentos juvenis. [...] Ou seja, em um processo de mão dupla, diferentes atores políticos (organizações de apoio e de juventude) tomaram para si a iniciativa de anunciar publicamente a existência de “problemas de juventude”. Assim, a transformação de necessidades dos jovens em demandas implicou na emergência tanto de reconhecimento de novos atores políticos quanto de novos problemas (Abramo, 2014, p. 114).

Ou seja, foi preciso a participação de diferentes atores políticos e sociais que atuaram como mediadores entre os jovens e aqueles que construíram as políticas públicas, para que assim as demandas dos jovens fossem apresentadas e ganhassem espaço para começarem a serem discutidas e postas nas pautas.

¹⁴ Na Constituição Federal é previsto a participação social, seja pelo direito à cidadania e dignidade humana, seja pelo direito à liberdade e manifestação de expressão. A C.F. tem diretrizes que são amplas ao se tratar da participação popular na formulação e execução de políticas públicas.

Assim como citado anteriormente, o primeiro passo para a construção das políticas para a juventude é o reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos, capazes de participarem ativamente da vida social, que possuem demandas e necessidades distintas. E é por meio da participação política e social, que surge uma possível forma de reafirmar os jovens como cidadãos e atores políticos diretos, que agem como protagonistas e são capazes então de influenciar no desenvolvimento de ações que os tornem dignos e os deem um lugar de respeito na sociedade. Isso poderá fazer com que o Estado e a sociedade entendam, que devem reconhecimento e espaço para que a juventude possa se expressar abertamente, uma vez que serão esses mesmos atores que melhor poderão falar sobre o que necessitam e o que ainda não foi alcançado por eles. Assim, para além do reconhecimento dos jovens como atores estratégicos de mudanças, eles poderão ser levados a se reconhecerem como tais, gerando assim empoderamento e emancipação aos jovens.

2.4.1. Juventude brasileira e lutas sociais

No Brasil havia alguns movimentos da juventude, o movimento estudantil por exemplo, que teve destaque dos anos 1930 a 1970 e ainda hoje se faz muito presente em nossa sociedade, além dos movimentos de oposição aos regimes autoritários. O movimento estudantil se torna um espaço de socialização, militância e transformação para os jovens, onde se busca formas de promover debates quanto a pautas sociais, políticas, econômicas, e demais demandas pertinentes que poderão surgir.

Em 1937, atrelado ao movimento estudantil, houve no Brasil a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) o que fez com que movimento estudantil no Brasil ganhasse mais força e conquistasse mais espaço. Assim, a força de mobilização dos estudantes se alastrou pelo país e gerou também a criação de diretórios acadêmicos, centros acadêmicos e outras formas de atuação dos estudantes, a fim de se reivindicar seus direitos e gerar espaços para protestos.

As décadas seguintes são marcadas por uma difusão de influências estrangeiras no Brasil, principalmente da cultura norte-americana, o que fez com que fossem reproduzidos certos padrões que influenciaram também o modo como a juventude se envolveu nos movimentos sociais. A década de 1950, por exemplo, foi

marcada dentre os movimentos culturais pelo Concretismo¹⁵, com suas poesias que buscavam mais do que manifestar seus sentimentos, se utilizando da objetividade e racionalidade, além disso o movimento foi de grande influência nas artes visuais e musicais. A Bossa Nova também merece destaque, pois com ela se iniciou “uma nova etapa na música popular brasileira, que iria satisfazer um público mais jovem, em sua maioria universitários, das classes médias urbanas (Brandão; Duarte, [s.d.], p. 27)”.

Já durante a década de 1960, que foi marcada pela agitação política no país, havia uma movimentação entre setores da classe média urbana progressista, estudantes e intelectuais que desenvolviam lutas de militância política e cultural. Aconteceu no Rio de Janeiro a criação do primeiro Centro Popular de Cultura vinculado a UNE, que buscava desenvolver uma cultura engajada politicamente junto às classes populares, através da arte revolucionária e que atraía jovens intelectuais de todo o país (Brandão; Duarte, [s.d.]). A partir disso houve também uma evolução de parte do movimento dos bossa-novistas em direção às “canções de protestos”, que servia para a conscientização das classes populares sobre conteúdos das esferas política e social. Além disso, cabe aqui citar o Cinema Novo, que proporcionava formas de repensar as questões sociais e políticas vivenciadas no país e a necessidade de mudanças.

Passando para a década de 1970, o Brasil enfrentava a censura e o controle das produções culturais no país devido ao regime político-militar. Com isso, a fim de fugir da censura que era imposta, parte da juventude média urbana buscava correntes culturais alternativas para lidar com o inconformismo da repressão no país. Com isso cresceu entre os jovens a “cultura marginal” (ou cultura alternativa), onde eles buscavam alternativas para se expressarem através da música consumindo o *Rock* e o *Punk*. Já no que diz respeito a cinematografia, havia o chamado “cinema marginal” que era uma forma de contestar as normas estabelecidas e criar uma visão crítica da sociedade (Brandão; Duarte, [s.d.]). Nessa época tínhamos então uma população jovem, que estava envolvida em ações individuais e coletivas e que buscava mudanças sociais, mas que pelo contexto da época era taxada de rebelde e baderneira, já que iam contra os ideais de dominação pregados.

¹⁵ O movimento artístico e cultural do Concretismo, marcado por sua linguagem mais objetiva e racional, surgiu no Brasil na década de 1950, o movimento esteve localizado especialmente no eixo Rio-São Paulo, as duas principais cidades brasileiras e teve grande influência na cultura dessas regiões.

Nos anos 1980 o Brasil estava envolvido em sua maior crise socioeconômica, mas também estava no processo de abertura política com as eleições diretas, após vivenciar um regime militar, foi ao final dessa mesma década que ocorreu também a elaboração da Constituição Federal (1988) (Brandão; Duarte, [s.d.]). Durante meados dos anos 1980, houve um movimento popular no Brasil conhecido como “Diretas-já”, foi ele que desencadeou o processo de redemocratização do país, esse movimento contou com a participação de muitos jovens, artistas, estudantes, intelectuais e ativistas políticos. Além desse movimento, muitos jovens estavam engajados também em movimentos ecológicos, musicais e artísticos, onde podiam manifestar de forma crítica a realidade social vivenciada no país.

A década seguinte foi tomada por tamanha ansiedade e esperança pela população, que agora tinha um presidente eleito de forma direta por voto popular, Fernando Collor de Melo. No entanto, com Collor no poder, o país enfrentou uma grande crise econômica e gerou muitas mobilizações populares, principalmente dentre os jovens estudantes, que ficaram conhecidos como os “caras-pintadas”, pois pintavam seus rostos e iam manifestar-se contra o então presidente (Brandão; Duarte, [s.d.]). Com a grande repercussão do movimento jovem da época, surgiram também outras formas de manifestações voltadas à cultura, como as músicas populares. Já em meados da década de 1990, o Brasil era assumido por um novo presidente, Fernando Henrique Cardoso, que esteve na presidência do país por dois mandatos. Dentre as ações que marcaram o governo FHC estavam as questões principalmente relacionadas ao setor econômico, e faltavam políticas sociais mais efetivas, e buscando mudanças quanto a isso, a juventude seguia mobilizada de formas individuais e coletivas. Além disso, o final da década foi marcado pela mistura de ritmos musicais que seguia conquistando os jovens.

É preciso ressaltar também que em vários países do mundo a partir dos anos 1980 acontecem iniciativas governamentais e não-governamentais voltadas para a inclusão econômica, societária e cultural de segmentos juvenis (Novaes, 2007, p. 255). Com a criação do decreto da ONU em 1985 sobre o Ano Internacional da Juventude, se criou um impulso internacional para se tratar do segmento juvenil, mas no Brasil naquela época o debate sobre juventude estava mais relacionado a ONGs, então mesmo já existindo movimentações juvenis que buscavam avanços sociais é apenas a partir dos anos 2000 que no Brasil a temática juvenil se constitui como um problema político que era relevante nas agendas nacionais.

No final dos anos 1990, as pautas sobre a juventude e os problemas relacionados começaram a ganhar espaço quando pesquisadores, movimentos sociais, o poder executivo, entre outros setores passaram a observar as demandas que esse segmento possuía, mas ainda não entraram nas agendas nacionais. De certa forma, as transformações econômicas e sociais impulsionaram para reflexões sobre algumas questões relacionadas aos jovens, como exemplo, nas áreas da educação, inclusão social, mundo do trabalho, violência, entre outros aspectos. Foi a partir de então que começaram a falar sobre os direitos da juventude e a pensar sobre as formas de solucionar as demandas existentes.

Já a partir dos anos 2000 podemos destacar dois movimentos importantes em que a juventude brasileira estava envolvida, o primeiro deles As Jornadas de Junho de 2013, onde diversos manifestantes, incluindo os jovens, foram às ruas, inicialmente para reivindicar o aumento das tarifas de transporte público, mas rapidamente outros assuntos vieram à tona, como questões sociais e políticas e a falta de investimento em serviços públicos essenciais, influenciando assim diversas questões políticas em relação a gestão pública.

Outra mobilização importante realizada pela juventude foram as ocupações nas escolas e universidades em 2016, onde mais de mil instituições de ensino foram ocupadas no país como forma de protesto contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016 que limita os gastos do governo federal durante vinte anos, diminuindo assim o repasse de verbas para área da educação, além disso, a movimentação dos estudantes também se fez contra a reforma do ensino médio, que foi proposta pela Medida Provisória (MP) 746/2016.

Dessa forma, podemos entender que os jovens começaram a ganhar espaço nas agendas públicas e reconhecimento das suas demandas principalmente pela necessidade de capacitação para acompanharem as mudanças que surgiam no mundo do trabalho a partir das mudanças econômicas que ocorrem no país no final do século XX e início do século XXI. Sendo assim, de fato, somente a partir dos anos 2000 que o tema juventude entra para a agenda governamental brasileira (Dulci; Macedo, 2019). De acordo com Batista (2009, p. 08), “no cenário nacional, políticas compensatórias e de inclusão social, via inserção no mercado de trabalho, tem se caracterizado como pressuposto das ações frente às políticas de juventude nos últimos anos”. Mas, ao decorrer do processo de constituição das políticas

públicas no Brasil, as preocupações passam a ser também quando a saúde, educação, qualificação e a garantia dos direitos já antes previstos.

Podemos concluir assim, que a juventude assume em nosso tempo histórico diferentes configurações, ideias, pensamentos, atitudes e papéis e aos poucos estão ganhando espaço em nosso país. É possível observar que há uma onda crescente de engajamento político entre os jovens, que buscam influenciar decisões políticas que os cabem, seja através de mobilizações estudantis, seja pelas mídias sociais, ou mesmo participando de protestos em suas regiões. Através do reconhecimento de seus direitos e da força que possuem para gerar mudanças, os jovens podem contribuir fortemente na construção de uma sociedade mais inclusiva e justa, que reconheça os diversos sujeitos sociais e é por meio das organizações de lutas que isso se torna possível.

3. AS POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE NO BRASIL

O capítulo a seguir será dedicado ao estudo sobre as políticas de juventude no Brasil, para isso analisaremos as ações que antecederam a criação do Estatuto da Juventude. Após essa análise, serão discutidas as iniciativas governamentais voltadas à juventude do ano de 2013 ao ano de 2022. Além disso, ao final veremos os desafios que são postos para que as políticas de juventude sejam desenvolvidas no país.

3.1. O Estatuto da juventude: marco legal das políticas públicas para a juventude brasileira

Após a apresentação do conceito de juventude no Brasil e a breve discussão sobre a construção das PPJ no país, começaremos a discorrer sobre o Estatuto da Juventude, sancionado em 2013, para que assim possamos avançar em relação ao objetivo central deste trabalho, a saber, a análise das políticas destinadas às juventudes no Brasil a partir da criação do Estatuto da Juventude.

O Estatuto da Juventude, conhecido também como Lei N° 12.852, de 5 de agosto de 2013, é um documento que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e as diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). O documento se tornou um marco na defesa dos direitos dos jovens brasileiros com idade entre 15 e 29 anos, e para que ele fosse aprovado foi envolvido um longo período de debate que será apresentado a seguir.

Para entender o processo que culminou na criação do Estatuto da Juventude, é preciso levar em consideração acontecimentos anteriores, como, por exemplo, foi proclamado pela Organização das Nações Unidas, em 1985, o “Ano Internacional da Juventude”, assim como vimos no capítulo anterior. Desde então, começaram os movimentos de diversos países para a criação e direcionamento de ações para a juventude, no entanto, no Brasil levou ainda mais de 10 anos para que de fato começasse essa movimentação do governo a favor dos jovens¹⁶.

A partir do ano de 2003, até o ano de 2010 com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores no poder do país ocorre o aumento das

¹⁶ Convém realçar que no Brasil estávamos vivenciando em 1985 um processo de redemocratização, e nos anos seguintes tivemos governos que estavam mais focados em políticas econômicas devido os desafios que o país enfrentava com a alta inflação e a dívida externa, então não havia tanta abertura para as políticas sociais.

ações relacionadas às Políticas Sociais no Brasil. Com isso, começa também uma maior movimentação para a criação de estudos, ações e programas para que fossem desenvolvidas as políticas públicas para a juventude. O governo, entidades não governamentais, estudiosos do tema, movimentos sociais, universidades e outros atores passaram a desenvolver maiores pesquisas sobre o eixo juvenil e seus desdobramentos.

Uma das primeiras ações que marcou esse movimento de criação de PPJ foi a criação da Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude, desenvolvida pelos parlamentares que funcionou de maio de 2003 a novembro de 2004 (Agência Câmara de Notícias, 2009). À frente dessa comissão estava o Deputado Reginaldo Lopes (PT/MG), como vices presidentes estavam respectivamente os deputados Alice Portugal (PCdoB/BA), Lobbe Neto (PSDB) e Marcelo Guimarães Filho (PFL/BA), como relator da comissão estava o deputado Benjamin Maranhão (PMDB/PB). Além disso, havia mais 18 deputados titulares na composição da Comissão, eram eles, Odair Cunha (PT/MG), Cláudio Vignatti (PT/SC), Zico Bronzeado (PT/AC), Celcita Pinheiro (PFL/MT), Leonardo Picciani (PMDB/RJ), Marinha Raupp (PMDB/RO), Eduardo Barbosa (PSDB/MG), Professora Raquel Teixeira (PSDB/GO), Júlio Lopes (PP/RJ), Zonta (PP/SC), Eduardo Seabra (PTB/AP), Milton Cardias (PTB/RS), Mário Assad Júnior (PL/MG), Pedro Irujo (PL/BA), Isaías Silvestre (PSB/MG), Luciano Leitoa (PSB/MA), Júnior Betão (PPS/AC) e Deley (PV/RJ).

Essa comissão realizou audiências públicas temáticas a fim de discutir sobre a criação de uma Proposta de Emenda Constitucional 138/2003, que dispunha sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude, e que mais a frente se tornou a Emenda Constitucional 65/2010. A comissão buscava também a construção de um Plano Nacional de Juventude (PL nº 4.530/2004), para que fosse possível incorporar os jovens a uma política nacional, que fosse responsabilidade do Estado, efetivada em todos os níveis institucionais. Além disso, foi criada a proposta de um Estatuto da Juventude (PL nº 4.529/2004) que mais a frente veio se tornar a Lei nº 12.852/2013, que trata dos direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o SINAJUVE.

No ano de 2004, foi constituído o Grupo de Trabalho Interministerial da Juventude, composto por 19 ministérios, que tinha por objetivos elaborar um diagnóstico sobre os jovens, fazer um levantamento das ações que eram destinadas

aos jovens e a criação de uma Política Nacional de Juventude (Brasil, 2005). Mostrando assim como a juventude se tornava prioridade no país, com a criação de ações que visavam garantir os direitos dos jovens brasileiros e lhes dar oportunidades que antes não estavam presentes.

Ainda em 2004, aconteceu a Conferência Nacional de Juventude, criada pela Câmara dos Deputados. A Conferência foi um espaço para deliberações coletivas que tratavam sobre os direitos dos jovens e políticas públicas específicas a eles destinadas, o objetivo foi a discussão sobre propostas que garantem o acesso à educação, geração de renda, emprego, e outros direitos voltados aos jovens, os colocando como público-alvo na criação de políticas públicas específicas (Agência Câmara de Notícias, 2004). A partir desse encontro foi elaborado também a sugestão sobre a criação de um Conselho Nacional de Juventude, a fim de que passe a existir a cooperação e a participação dos jovens nas políticas a eles destinados.

Em 2005, a Lei nº 11.129 de 30 de junho criou a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) (Brasil, 2005). Representando assim os esforços para a criação, consolidação e fortalecimento de políticas voltadas aos jovens.

A SNJ foi criada com a intenção de formular, supervisionar, coordenar e articular as políticas públicas destinadas aos jovens. Compete também a SNJ a articulação, promoção e execução de programas em parceria com organismos nacionais e internacionais (públicos e privados) que sejam voltadas a implementação de políticas de juventude. Dentre outras competências, cabe também a SNJ a promoção de espaços de participação dos jovens na construção das políticas de juventude. Demais atribuições também podem ser designadas a SNJ (Brasil, 2023).

O CONJUVE é um órgão de caráter consultivo, dentre suas atribuições compete ao conselho formular, avaliar e propor diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas de juventude, além de desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais. O CONJUVE é composto por um terço de representantes do poder público e dois terços de representantes da sociedade civil (Brasil, 2023).

O ProJovem é um programa destinado à elevação do grau de escolaridade juntamente com a qualificação profissional, voltado ao estímulo da inserção produtiva e do desenvolvimento de ações que estimulem o exercício da cidadania. A finalidade do ProJovem é criar ações que elevem a escolaridade de jovens que tiveram o ensino interrompido e que estão excluídos do mercado de trabalho, integrando as duas ações. É importante destacar que dois anos após a sua criação o ProJovem sofreu uma reformulação e passou a ser o ProJovem Integrado (adolescente/urbano/campo/trabalhador), o programa além de ampliar as vagas passou a possibilitar que todos os jovens pudessem participar até os 29 anos de idade, diferentemente do que acontecia no início de sua criação, pois era destinados aos jovens até 24 anos de idade apenas.

Em 2008 aconteceu a 1ª Conferência Nacional de Juventude¹⁷, a Conferência tinha como lema “Levante Sua Bandeira”, o objetivo da conferência era o debater sobre os desafios vivenciados pelos jovens e os direitos dessa população, além disso foram debatidas as metas e as diretrizes para a potencialização das iniciativas públicas voltadas à juventude. A conferência contou com a participação de milhares de jovens, gestores, estudiosos, pesquisadores, e militantes da temática juvenil, para que juntos pudessem definir as prioridades para esse segmento, buscando alcançar direitos e mais oportunidades para os jovens do país. Nessa conferência foram debatidos temas tais como educação, trabalho, saúde, direito humano, participação política, dentre diversos outros assuntos. A conferência definiu mais de 70 resoluções relativas à agenda das PPJ no Brasil, dentre elas 22 foram eleitas como prioridades (Dulci; Macedo, 2019, p.127).

No ano de 2010 houve a aprovação da a Emenda Constitucional 65, conhecida também como PEC da Juventude, que passou a incluir o termo “juventude” na Constituição Federal, alterando assim o capítulo VII, que se tornou “Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso” (Brasil, 2010).

Em 2011 aconteceu a 2ª Conferência Nacional de Juventude, essa tinha como lema “Conquistar Direitos e Desenvolver o Brasil”. Assim como a primeira, essa conferência serviu para o apontamento dos direitos dos jovens e as prioridades de suas demandas, dessa vez foram apontadas 26 resoluções sobre as PPJ.

¹⁷ Realizada pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e pelo Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE).

Finalmente, em 10 de agosto de 2013 o Estatuto da Juventude é aprovado pelo Congresso Nacional, sancionado pela então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff (PT), após cerca de dez anos de tramitação. Assim, passa a existir um consenso sobre o reconhecimento da juventude no país, com a implementação do Estatuto da Juventude os jovens passam a ser vistos como sujeitos de direitos perante o Estado e a sociedade. O Estatuto da Juventude é um documento que regulamenta os direitos dos brasileiros com idade entre 15 e 29 anos, os princípios e diretrizes das PPJ e o Sistema Nacional de Juventude. Nele são determinados tanto os direitos dos jovens e deveres do Estado e demais agentes envolvidos com a juventude, quanto os deveres dos jovens.

Ele se torna então um marco para o segmento juvenil, uma vez que, a partir do Estatuto, os jovens passam a possuir o reconhecimento como sujeitos de direitos universais, geracionais e singulares, que devem ser respeitados e assistidos conforme as especificidades de cada um. Além disso, o Estatuto garante os aspectos para que sejam efetivadas as políticas públicas de juventude. Se tratando dos princípios, eles estão previstos no Art. 2º do Estatuto e são eles:

- I - promoção da autonomia e emancipação dos jovens;
- II - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;
- III - promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;
- IV - reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;
- V - promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;
- VI - respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;
- VII - promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e
- VIII - valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações (Brasil, 2013).

Quanto às diretrizes, elas estão dispostas no Art. 3º do Estatuto da Juventude e dizem respeito sobre o que deve ser observado pelos agentes públicos e privados envolvidos com as PPJ, dentre as diretrizes temos:

- I – desenvolver a intersetorialidade das políticas estruturais, programas e ações;
- II – incentivar a ampla participação juvenil em sua formulação, implementação e avaliação;
- III – ampliar as alternativas de inserção social do jovem, promovendo programas que priorizem o seu desenvolvimento integral e participação ativa nos espaços decisórios;
- IV – proporcionar atendimento de acordo com suas especificidades junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população,

visando ao gozo de direitos simultaneamente nos campos da saúde, educacional, político, econômico, social, cultural e ambiental

V – garantir meios e equipamentos públicos que promovam o acesso à produção cultural, à prática esportiva, à mobilidade territorial e à fruição do tempo livre;

VI – promover o território como espaço de integração;

VII – fortalecer as relações institucionais com os entes federados e as redes de órgãos, gestores e conselhos de juventude;

VIII – estabelecer mecanismos que ampliem a gestão de informação e produção de conhecimento sobre juventude;

IX – promover a integração internacional entre os jovens, preferencialmente no âmbito da América Latina e da África, e a cooperação internacional (Brasil, 2013).

O Estatuto, traz em seu título I, capítulo II, nas seções de I a XI os direitos dos jovens, entre elas estão, o direito à participação social e política, direito à educação, direito à profissionalização, trabalho e renda, direito à diversidade e à igualdade, direito à saúde, direito à cultura, direito à comunicação e liberdade de expressão, direito ao desporto e lazer, direito ao território e à mobilidade, direito à sustentabilidade e ao meio ambiente e o direito à segurança pública e ao acesso à justiça.

Já o SINAJUVE, instituído pelo Estatuto da Juventude, é uma forma de articulação e organização da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e da sociedade civil para a promoção das PPJ. O SINAJUVE tem como objetivo propor ações que fomentem a participação juvenil na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas de juventude. Ele deve promover a intersetorialidade e a transversalidade das ações, dos projetos e dos programas destinados aos jovens, além de ampliar a produção de conhecimento sobre a juventude e estimular a elaboração e a implementação dos planos de juventude. Além disso, o SINAJUVE possui como diretriz principal a descentralização das ações e a cooperação entre os entes federais.

Desse modo, assim como apontam as autoras Dulci e Macedo (2019, p.119) “o reconhecimento da juventude como categoria política é um processo em construção e em constante transformação, no Brasil e no mundo”. Ou seja, se antes no Brasil, a população jovem não tinha políticas que eram inteiramente voltadas a eles, com o avanço da discussão sobre a juventude e com a promulgação do Estatuto da Juventude, esse segmento passou a ser parte integrante das agendas públicas, recebendo assim atenção e iniciativas governamentais a eles voltadas.

3.2. Da definição de sujeitos às políticas públicas: iniciativas governamentais de 2013 a 2022

Anteriormente foram apresentadas as ações que antecederam e levaram à criação do Estatuto da Juventude em 2013, agora, veremos quais as iniciativas foram criadas pelo governo para a juventude a partir de 2013 até o ano de 2022. É importante ressaltar que durante esse período o país passou por três governantes diferentes, cada um com o seu plano de ação e com metas diferentes.

Como vimos anteriormente no tópico 2.4 é a partir dos anos 2000, principalmente 2002 e 2003 que a temática da juventude ganhou maior espaço nas pautas de discussões públicas no Brasil. Desde aquele momento se iniciaram os processos que culminaram na criação e promulgação do Estatuto da Juventude, ficando assim evidenciado o compromisso do Estado com a promoção do bem-estar dos jovens brasileiros. Com isso, ficou-se subentendido a necessidade da criação de oportunidades para o desenvolvimento dos jovens através de ações voltadas à educação, o acesso à renda e trabalho, o acesso à saúde, cultura, lazer, desporto entre outros. Desde então, foi possível observar uma série de mudanças em programas que já existiam e eram voltados para os jovens, além da criação de novos e até mesmo a extinção momentânea ou definitiva de outros programas.

Pensando nas políticas públicas e nas iniciativas do governo Lula (PT) para a juventude, podemos perceber que, no início, as políticas eram contínuas e visavam garantir direitos fundamentais, como aquelas da área da educação, que visam tanto o aumento do acesso ao ensino básico e superior quanto à continuidade, além daquelas que visam a profissionalização integrada ao ensino. Além disso, existem diversos programas voltados à qualificação, renda e trabalho, cultura, garantia de terra, acesso à saúde, prevenção a violência e acesso a esporte e lazer. Esses são alguns dos eixos que têm atenção voltada à criação de programas e ações.

Muitas dessas áreas já tinham programas antes mesmo da promulgação do Estatuto da Juventude, principalmente a área da educação, alguns exemplos de programas que já existiam serão apresentados na tabela a seguir:

Tabela 4 - Alguns exemplos de programas destinados aos jovens

Programa	Ano de criação	Objetivo	Público-alvo
----------	----------------	----------	--------------

Escola aberta	2004	Fortalecer o convívio comunitário e ampliar as oportunidades de acesso a atividades educativas, culturais, de lazer e de geração de renda por meio da abertura das escolas públicas de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e do Ensino Médio nos fins de semana.	As atividades são voltadas a toda a comunidade, e os jovens são os principais beneficiários do Programa.
Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja)	2005	Ampliar a oferta de vagas nos cursos de educação profissional a jovens e adultos que não tiveram acesso ao Ensino Médio na idade regular.	O Programa é direcionado a jovens e adultos que já concluíram o Ensino Fundamental e tenham, no mínimo, 21 anos de idade.
Programa Nacional de inclusão de Jovens (ProJovem)	2005	Proporcionar aos jovens a conclusão do Ensino Fundamental, o aprendizado de uma profissão e o desenvolvimento de ações comunitárias.	Destinado a jovens de 18 a 29 anos.
Mais Educação	2007	Fomentar a educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino, ampliando a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.	Escolas que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e escolas em território de vulnerabilidade social.
Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)	2007	Criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.	Jovens entre 18 e 24 anos matriculados no ensino superior.
Soldado Cidadão	2004	Preparar e qualificar profissionalmente os recrutas que prestam o Serviço Militar, complementando sua formação cívica-cidadã e facilitando seu ingresso no mercado de trabalho, após o período obrigatório junto às Forças Armadas.	Jovens voluntários, prestando o Serviço Militar nas Forças Armadas.
Universidade Para Todos (ProUni)	2004	Democratizar o acesso à educação superior, ampliar vagas, estimular o	Jovens de baixa renda e professores da rede

		processo de inclusão social e gerar trabalho e renda aos jovens brasileiros, através da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas.	pública que não tenham formação superior.
Bolsa Atleta	2004	Garantir apoio financeiro aos atletas com mais de 12 anos, que não contam com patrocínio de iniciativas privadas.	Atletas que obtêm boas performances em competições nacionais e internacionais, da base ao alto rendimento (dividido por categorias).
Cultura Viva	2004	Potencializar iniciativas culturais já existentes e que reconheçam a cultura popular brasileira em toda sua diversidade.	O Programa Cultura Viva amplia o acesso da população de baixa renda à produção dos bens e serviços culturais e eleva a cultura popular ao mesmo patamar das manifestações tradicionalmente reconhecidas pela sociedade.
Fortalecimento da Agricultura Familiar Jovem (Pronaf Jovem)	2003/2004	Oferecer financiamento rural aos agricultores jovens para conseguirem investir em sua produção agrícola, adquirindo maquinários e equipamentos e até mesmo construindo em suas propriedades rurais.	Jovens de 16 a 25 anos que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional.
Segundo Tempo	2003	Democratizar o acesso à prática esportiva no turno oposto ao da escola e a atividades recreativas e culturais com crianças e adolescentes, resgatando a cidadania, fortalecendo a boa relação familiar e a participação da comunidade nas questões locais.	Crianças e adolescentes da rede pública de ensino.

Fonte: Guia de Políticas Públicas de Juventude

Desse modo, é possível concluir que já existiam uma quantidade considerável de ações e programas governamentais que foram e continuam sendo de suma importância para o desenvolvimento da juventude, pois eles buscavam e buscam

transformar a vivência dos jovens ao seu modo, trazendo mudança social. Os programas até aqui citados já vinham sendo desenvolvidos antes de 2013, principalmente durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e posteriormente durante o de Dilma Rousseff. No entanto, é preciso retomar a atenção a respeito das ações destinadas à juventude de 2013 a 2022, assim como mencionado anteriormente, no período de 2013 a 2022 o Brasil passou por três representações na esfera da presidência e diante disso alguns fatos precisam ser analisados.

Voltando às iniciativas governamentais dedicadas à juventude, a partir de 2013 podemos citar primeiramente a promulgação do Estatuto da Juventude e a criação do SINAJUVE, que assim como exposto no tópico acima foi criado com o objetivo de articular as políticas públicas voltadas para a juventude, fazendo com que os jovens participassem da construção das PPJ de forma conjunta com os demais atores (União, Estados, Distrito Federal, Municípios, conselhos de juventude e a sociedade civil).

É preciso nos recordar de um dos avanços para a juventude com a promulgação do Estatuto em 2013, que foi a concessão do benefício de meia entrada, tanto para os estudantes quanto para os jovens de baixa renda, a meia entrada é válida em eventos culturais, de esporte e shows. Além disso, de acordo com o Estatuto deverão ser garantidas duas vagas gratuitas destinadas a jovens de baixa renda e duas meia em transportes coletivos interestaduais (Brasil, 2013). No entanto, apesar de ser um marco histórico para a juventude, o Estatuto sofre principalmente com os limites legislativos para que aconteça de fato sua aplicabilidade, principalmente se pensarmos que ele depende da alocação de recursos e da integração com outras políticas públicas para que seja vista sua maior eficácia, além da necessidade de se adequar ao contexto social diante das evoluções que vivenciamos.

Ainda no ano de 2013, o Decreto nº 8.074, de 14 de agosto¹⁸ Institui o Comitê Interministerial da Política Pública de Juventude (Coijuv), o comitê se torna responsável pela gestão e monitoramento das políticas públicas do Governo Federal para a Juventude (Brasil, 2013). Dentre as sete competências do comitê está: o subsídio na formulação, gestão e monitoramento da Política Nacional de Juventude, a elaboração e proposição da regulamentação do estatuto da juventude e do

¹⁸ Posteriormente foi revogado pelo Decreto nº 9.025 de abril de 2017, depois pelos Decretos de nº 10.087 de 5 de novembro de 2019 e nº 10.226 de fevereiro de 2020.

SINAJUVE, o monitoramento da implementação em território nacional do estatuto da juventude e do SINAJUVE, a elaboração do plano nacional de juventude e o acompanhamento do cumprimento das metas nele estabelecidas, a elaboração de instrumentos de monitoramento e avaliação do plano nacional de juventude e dos programas e ações do Governo federal para a juventude, o monitoramento e proposição de encaminhamentos para as demandas recebidas dos movimentos juvenis pelo Governo federal, e por último, a publicação de relatório anual sobre os programas e ações do Governo federal para a juventude (Brasil, 2013).

No ano de 2013 também foi publicada a Agenda Juventude Brasil, se trata de uma pesquisa de opinião de caráter nacional que busca levantar as questões da Juventude Brasileira. A partir dela foi possível reunir dados para analisar o perfil dos jovens, as demandas, questões relacionadas com educação, acesso a tecnologias, mundo do trabalho, violência sofrida, vida política e a percepção que os jovens entrevistados tinham do país. Com a pesquisa era pretendido que houvesse subsídios para a elaboração das políticas públicas, a partir daquele universo que os jovens estavam presentes. A pesquisa foi realizada pela SNJ com apoio da Unesco Brasil.

Em 2014, temos um avanço importante, a criação de um plano tido como prioridade para a prevenção da violência contra os jovens, especialmente os negros, do sexo masculino e que estavam em situação de “maior vulnerabilidade”, o Plano Juventude Viva. O Juventude Viva é uma iniciativa do Governo Federal “destinada a articular diferentes políticas e atores sociais no desenvolvimento de ações voltadas para a prevenção da violência letal, que priva milhares de jovens negros do direito fundamental à vida (Donato, 2014, p.8)”. O objetivo principal do plano é o “aperfeiçoamento de instituições e políticas públicas visando à desconstrução da cultura de violência e à redução da vulnerabilidade da juventude através da garantia do acesso a direitos e do enfrentamento ao racismo institucional (Donato, 2014, p.15)”.

No ano de 2015, a partir da Portaria Interministerial n° 390 de 18 de novembro, foi instituído o Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA), com o objetivo principal de “promover e integrar políticas públicas ambientais que efetivem os direitos da juventude à sustentabilidade e ao meio ambiente garantidos no Estatuto da Juventude (Brasil, 2015)”. Dentre as diretrizes do plano estão a participação dos jovens nas políticas públicas de meio ambiente, o estímulo e

fortalecimento dos movimentos, redes e organizações que atuam na temática da juventude e meio ambiente, o apoio a trabalho e renda que visem ao desenvolvimento sustentável, a ampliação da conservação ambiental com inclusão social, o reconhecimento do valor ecossistêmico dos territórios pelos jovens e a valorização das identidades e diversidades individual e coletiva (Brasil, 2015).

A partir desse mesmo ano algumas mudanças começaram no país e atingiram também a juventude, como exemplo disso temos o fato de que foi extinguida a Secretaria Geral da Presidência, onde estava a Secretaria Nacional de Juventude. Sendo assim, a partir do ano de 2016 pela Lei nº 13.266 de 5 de abril às políticas destinadas à juventude passaram a ser formuladas e coordenadas pelo novo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. É preciso ressaltar que essa foi uma ação que visava reduzir gastos públicos e dinamizar o funcionamento das pastas a partir de uma reforma administrativa.

Ainda no ano de 2016, após o golpe que levou ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 29 de setembro entra em vigor a Lei nº 13.341 que extingue o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos e transfere as competências para o Ministério da Justiça e Cidadania, ressalvadas as competências sobre políticas para a juventude (Brasil, 2016). Neste momento, passamos a enfrentar uma ação que não tinha os mesmos objetivos do governo Dilma, mas se tratava de uma forma de regressão, que associado a extinção de diversos ministérios ameaçava os direitos da população. Novamente com essas mudanças nas estruturas dos ministérios a partir do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 20/2016, a Secretaria Nacional da Juventude e o Conselho Nacional da Juventude voltam a ser parte integrante da Secretaria de Governo e Presidência da República¹⁹ (Agência Senado, 2016).

É importante lembrar que após o impeachment de 2016 vivenciamos momentos de incertezas no país, isso devido ao fato da realização de diversas reformas e mudanças provocadas pelo presidente da época, Michel Temer. Apesar de termos políticas direcionadas à juventude (objeto de estudo), com a aprovação da

¹⁹ Com as mudanças da Lei nº 13.266 de 5 de abril de 2016 a Secretaria Geral da Presidência é extinguida e se torna a Secretaria de Governo da Presidência da República.

Emenda Constitucional (EC 95)²⁰ em 2016 foi causada uma limitação nos gastos públicos o que acabou afetando as políticas públicas pela falta de investimento favorecido o contexto de desmonte dos direitos sociais.

Mesmo diante a situação vivenciada no país, em 2016 foi regulamentado o ID Jovem²¹, o seu intuito é a garantia do benefício de meia-entrada para acesso em eventos artísticos, culturais, esportivos, além da garantia de vagas reservadas para a locomoção em ônibus interestaduais para os jovens que se enquadram no programa. O ID Jovem tem como público-alvo os jovens de baixa renda, que atendam os critérios de ter entre 15 e 29 anos, estar inscrito no Cadastro Único e o manter atualizado e possuir renda familiar de até dois salários mínimos. O documento não exige que haja vinculação em instituições de ensino e é emitido através da internet no site do governo.

Partindo para o ano de 2017, vivenciamos um momento de tensão já no início do ano com a aprovação da Reforma do Ensino Médio²², a partir da Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. As mudanças alteraram as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, acarretando a ampliação do tempo mínimo dos estudantes nas escolas, deixando de serem 800 horas e passando a ser 1000 horas por ano. Além disso, foi criado um “currículo mais flexível”, onde os estudantes teriam maiores possibilidades de escolhas quanto às áreas de conhecimento que tenham interesse (disciplinas, projetos, oficinas, entre outras ações).

Ainda em 2017 foi retomado o Programa Estação Juventude, que apareceu agora com o Estação Juventude 2.0, o objetivo do programa é “ampliar o acesso dos jovens a políticas, programas e ações que os assegure seus direitos de cidadania e fortaleçam a sua capacidade de inclusão, participação social e emancipação, por meio do oferecimento de tecnologia social inovadora (Brasil, SNJ, 2017 p.13). O Estação Juventude é coordenado pela SNJ e se desenvolve por cooperação entre o

²⁰ A Emenda Constitucional 95, também conhecida como PEC do Teto de Gastos aprovada em 2016 instituiu um teto para os gastos públicos por vinte anos com a justificativa de fazer economias públicas.

²¹ O ID Jovem começou a ser emitido pelo governo em 2016, no entanto já havia no ano de 2015 o decreto nº 8.537, de 5 de Outubro de 2015 lançado pela então presidenta Dilma Rousseff, que dispunha sobre o benefício de meia-entrada em eventos artísticos-culturais e esportivos para jovens baixa renda, estudante e pessoas com deficiência e estabelecia os critérios para a reserva de vagas para o transporte em ônibus interestaduais para os jovens de baixa renda.

²² É importante ressaltar que desde o ano de 2016, enquanto ainda existia a Medida Provisória nº 746/16 que mais a frente se tornou a Lei nº 13.415/16 já havia no país diversas e intensas mobilizações de jovens estudantes, professores e profissionais da educação que se manifestaram contra a reforma no Ensino Médio e contra o Teto de Gastos Públicos. Houve também a ocupação de diversas instituições de ensino como forma de manifestação contrária à reforma.

Governo Federal ou os Entes Federais, sob forma de convênio com duração de 2 anos, onde são instalados equipamentos públicos de acesso livre para que os jovens possam: realizar atividades culturais, desenvolver habilidades, trocar informações, receber capacitação sobre as possibilidades para o fortalecimento de seus direitos em sua região e o conhecer sobre os programas destinados aos jovens em âmbito nacional.

Além disso, no ano de 2017 foi criada pela SNJ a Plataforma Juventude Segura “voltado às políticas de segurança pública em relação aos jovens, numa articulação com os estados e o Distrito Federal (Atlas das Juventudes, 2017)”. No entanto, não foi possível acessar a plataforma e conhecer suas ações.

De 2017 para 2018 o Governo Federal lançou o Programa Brasil Mais Jovem, que reúne 91 ações de 13 ministérios voltadas a interesses e necessidades dos jovens brasileiros, foi criado então um pacote de ações voltadas para jovens, que visa chegar aos Estados e Municípios buscando garantir autonomia juvenil e emancipação, com projetos que juntos somam mais de R\$50 milhões em investimentos. Dentre as ações que têm destaque estão: o diagnóstico sobre a Juventude LGBT, o diagnóstico sobre a Juventude Rural, o programa Inova Jovem, a implantação de 27 Estações Juventude, o Plano Nacional de Startups e Empreendedorismo Juventude e o novo Plano Juventude Viva (Brasil, Casa Civil, 2018).

Em 2018 aconteceu o lançamento online do Plano Nacional de Empreendedorismo e Startup para a Juventude, por meio da SNJ em Cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O Plano “visa apoiar a evolução de empreendimentos como alternativa para a geração de emprego e renda, buscando melhores perspectivas socioeconômicas para a juventude brasileira (Atlas das Juventudes, 2018)”. O Plano faz parte das ações do Brasil Mais Jovem 2018 (como mencionado acima) e tem por objetivo incentivar o empreendedorismo para a juventude, a partir do conhecimento sobre o capital e o mercado, gerando oportunidades, renda e garantindo um futuro aos jovens, para que possam desenvolver seu próprio negócio no futuro.

No mesmo ano houve a atualização do Plano Nacional de Juventude, a intenção com a discussão do novo plano era que fosse atualizada as novas dinâmicas da juventude atual e fosse discutido sobre a realidade da juventude de

forma mais recente, assim, dando início a uma nova fase das políticas nacionais de juventude.

No ano de 2019, como resultado das eleições de 2018, Jair Messias Bolsonaro assumiu a presidência do Brasil. Com isso, passamos a enfrentar algumas mudanças devido a sua forma de governar, uma vez que seu governo, de extrema direita, foi marcado por ser contrário às políticas públicas e foi marcado pelas tendências fascistas e negacionistas. As mudanças que passamos a enfrentar a partir do seu mandato estão relacionadas principalmente com os cortes que o Ex-Presidente propôs, como a redução e extinção de ministérios com a fusão de algumas pastas. Uma dessas mudanças é de nosso maior interesse pois está relacionada à juventude e diz respeito ao fato que a discussão sobre os direitos da juventude é realocada e com o decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019, passando assim a ser vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH)²³.

Nesse mesmo ano foi realizada em agosto a Semana Nacional da Juventude, com o objetivo de elaboração de uma Agenda Ministerial da Juventude, onde seriam sistematizadas todas as ações relacionadas à temática da juventude. Houve também em agosto de 2019, a convocação para a 4ª Conferência Nacional de Juventude, prevista para acontecer no mês de dezembro, no entanto, devido ao curto período com que ela foi convocada não daria tempo para acontecer as Conferências municipais e estaduais que a antecedem e assim ela foi adiada.²⁴

Entre os anos de 2019 e 2020, surgem outras ações direcionadas à juventude que merecem destaque, como a criação do Programa Horizontes e o Programa Espaço 4.0, ambos realizados por meio da SNJ. O Programa Horizontes tem como iniciativa fomentar o empreendedorismo e a inovação entre jovens de 18 a 29 anos, o seu objetivo é aumentar a qualificação dos jovens para a criação e manutenção de seus próprios negócios no futuro, a partir da capacitação dos jovens e de orientações vocacionais. Até abril de 2021 o programa havia publicado cinco editais, com o objetivo de investir até R\$1 milhão em cada projeto que cumprisse com o

²³ Com as mudanças provocadas pelo Ex-Presidente Bolsonaro, o antigo Ministério dos Direitos Humanos sofre uma fusão e passa a ser o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, ele se torna responsável então pelos assuntos que dizem respeito aos direitos da mulher, da família, da criança e do adolescente, **da juventude**, do idoso, da pessoa com deficiência, da população negra, das minorias étnicas e sociais e do índio.

²⁴ Após ser adiada outra vez, a 4ª Conferência Nacional de Juventude aconteceu entre os dias 14 e 17 de dezembro de 2023.

objetivo do programa, ou seja, que fomentasse o empreendedorismo e a inovação entre os jovens de 18 a 19 anos (Brasil, 2022).

O Espaço 4.0 é uma ação do eixo tecnológico do Programa Horizontes, que tem sido executado por meio de emendas parlamentares. A sua finalidade é “implantar unidades de ambiente criativo de inovação para estimular o aprendizado, a criatividade, proporcionar oportunidade de capacitação técnica, ampliação de habilidades, competências técnicas e socioemocionais para jovens (SINAJUVE)”. Os cursos ofertados pelo programa serão oferecidos pelas prefeituras municipais (cadastradas) ou por Institutos Federais parceiros. Até 2020, foi firmado pelo MMFDH a implementação de 23 unidades do Espaço 4.0 em 10 estados, sendo eles Alagoas, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins, com investimento de R\$6,9 milhões (Brasil, 2022).

Após a apresentação de algumas ações governamentais durante o período de 2013 a 2022 é preciso fazer algumas considerações. A começar pelo fato de que nos últimos anos, de 2016 para cá vivenciamos um retrocesso no campo das políticas públicas, isso se dá desde o processo que gerou o impeachment de Dilma Rousseff, e se mostrou muito presente no último governo que tivemos (Bolsonaro 2019 - 2022). E com a juventude, isso pode ser visto principalmente nas áreas da educação e do trabalho, indo contra os direitos sociais que foram conquistados.

As reestruturações enfrentadas durante os últimos anos fizeram com que os órgãos responsáveis pela formulação de políticas de juventude ficassem “enfraquecidos” pois a todo momento eram remanejados. Além disso, analisando as iniciativas governamentais dos últimos anos é possível notar que há a criação de ações - que não garantem a continuidade - e não políticas de fato, que podem ser vistas principalmente no tocante ao mundo do trabalho e por trás. Atrelado a isso, existe o fato de que é crescente a precarização do trabalho e não há a criação de estratégias e políticas que vão contra essa situação, pelo contrário, há apenas o incentivo a adentrar o mercado, como se trabalhos precarizados fossem transformar a realidade dos jovens para melhor. Outras áreas, como a da cultura, por exemplo, quase não aparecem nas ações realizadas.

Ademais, outro fato a ser exposto é o de que hoje há uma dificuldade no acesso à informação sobre políticas, projetos e ações realizadas pelo governo

recentemente. O que dificulta que seja feito uma exposição mais detalhada e rica de dados.

3.3. As políticas para a juventude: desafios e impasses

Já sabemos que a juventude desempenha um papel importante quando pensamos no futuro do país, visto que serão os jovens de agora que irão colaborar com a construção e manutenção da sociedade em que vivemos. No entanto, além da dificuldade vivenciada em questão de estarem se descobrindo agora e tentando traçar o seu futuro em busca de sua independência, há o fato de que no país existem diversos outros obstáculos, como a dificuldade de acesso da população às políticas públicas a eles destinadas.

Agora que já vimos alguns dos processos que levaram à criação do Estatuto da Juventude e algumas das iniciativas governamentais voltadas a esse segmento é preciso entendermos sobre os desafios e os impasses que existem quando pensamos na efetivação das PPJ. Assim como visto no tópico acima, ainda hoje enfrentamos no país por parte de algumas pessoas uma tentativa de desarticulação das políticas públicas.

Assim como visto no tópico acima, o Brasil enfrentou momentos de tensão com todas as mudanças que aconteceram com os ministérios existentes e no que diz respeito à juventude enfrentamos a realocação da SNJ diversas vezes. Esse movimento contribui para o enfraquecimento e desmonte de tudo que foi sendo construído ao longo dos anos.

Apesar de ter sido criada uma Política Nacional de Juventude, que prevê a garantia dos direitos dos jovens, enfrentamos desafios quanto à implementação de políticas públicas no Brasil. Esses desafios podem se dar por diversos motivos, como por exemplo, pela fragmentação das políticas, o que faz com que mesmo que haja programas e ações governamentais conjuntas elas não tenham uma integração efetiva. Um dos motivos que pode levar a fragmentação das políticas pode ser a elaboração de ações por diferentes setores, como educação, saúde ou emprego, mas que não conversam entre si, fazendo com que a falta de conexão entre elas trabalhem aspectos de forma isolada comprometendo a eficiência das ações. Ou até

mesmo por questões relacionadas com a coordenação e execução dos programas por diferentes níveis de governo, o que pode comprometer os recursos para a efetivação das políticas ou ainda gerar ações muito similares.

Outro aspecto a ser pensado é a desarticulação das políticas, nesse caso podemos pensar na falta de alinhamento, sincronização e diálogo entre os entes responsáveis pelas políticas dentro de um sistema. Isso pode contribuir para a limitação da eficácia das políticas, uma vez que, mesmo que haja os programas, não é sempre que eles são pensados para considerar as diferentes dimensões e etapas que integram a vida dos jovens.

Não podemos nos esquecer também do problema quanto a descontinuidade, pois isso afeta de forma negativa a eficácia da política planejada, atrapalhando o desenvolvimento e gerando lacunas nas ações. Um exemplo claro para pensarmos no que gera a descontinuidade são as mudanças administrativas, uma vez que cada governo tem seu próprio plano de ações, suas prioridades políticas, seus ajustes orçamentários e sua forma de gestão. Desse jeito muitas ações acabam sendo alteradas, negligenciadas ou até mesmo interrompidas de vez, prejudicando que se alcance os objetivos que a princípio foram traçados e atrapalhando o desenvolvimento da população que estava integrada naqueles programas.

Quando falamos de fragmentação, desarticulação e descontinuidade tratamos de temas que tendem a estar presentes durante toda a trajetória das políticas públicas no Brasil. Isso pode ser devido às mudanças nas gestões, seja em nível federal, estadual ou municipal, a limitação de comunicação entre os entes, os diferentes planos políticos, as prioridades da época, as condições socioeconômicas, a polarização partidária e também devido à falta de planejamento a longo prazo. Ou seja, são questões que estão sendo postas ao longo dos anos e serão enfrentadas em diferentes governos.

Outro fator a ser pensado é a falta de participação da sociedade civil na construção de políticas públicas. A falta de participação da juventude na elaboração das PPJ, faz com que em sua maioria sejam pensadas e direcionadas a um grupo específico, não o todo. E essa falta de participação pode ser provocada inúmeras razões, como a limitação de diálogo entre o governo e os representantes da juventude, a ausência de espaços que sejam mais estruturados para a discussão entre os jovens e os responsáveis pelo desenvolvimento das políticas, pela própria desconsideração das demandas mais específicas dos jovens, pela falta de incentivo

para que os jovens sejam mais engajados com as políticas ou mesmo pelo contexto político vivenciado. Desse modo, nos é mostrado que as PPJ não possuem o principal, que é a participação efetiva daqueles que as utilizam, reforçando que “desde a sua constituição, as políticas para as juventudes se caracterizaram de forma seletiva e pouco articulada” (Oliveira, 2023, p. 195). O fato de não ouvir as reais demandas da juventude em diferentes localidades, estratos socioeconômicos e realidades diferentes faz com haja assim uma dificuldade de se pensar políticas integradoras e eficazes.

Se tratando da falta de participação da sociedade civil na construção de políticas públicas é necessário fazer uma separação entre os governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro, pois existem diferenças que precisam ser postas. As gestões do governo Lula por exemplo, foram marcadas por uma ênfase na participação da sociedade nas Conferências que tratavam sobre diferentes eixos das Políticas Públicas, no orçamento participativo, nos fóruns, nos conselhos e nos canais que existiam para o diálogo entre diferentes atores dos movimentos sociais. As gestões de Dilma deram continuidade às ações que foram implementadas no governo passado.

Agora, passando para o governo Temer, enfrentamos um contexto político complexo e com desafios significativos para a sociedade, afetando assim a participação da sociedade civil na tomada de decisões que diziam respeito às políticas públicas, com a extinção de estruturas de participação e controle social e com a desconstrução de conselhos. Já durante o governo Bolsonaro intensificou a baixa participação da sociedade civil, com uma liderança centralizada e tomada de decisões mais diretas vivenciamos o desmonte de conselhos e mecanismos de participação civil, assim “o ataque às instituições participativas transformou-se em meta de governo, momento em que o desmonte das instituições de participação social, seja pela extinção, seja pela desvalorização desses espaços, tornou-se mais evidente (Gomide *et al*, 2023, p. 399)”.

Além disso, ainda hoje no Brasil enfrentamos também o fato de que as políticas públicas não chegam em todas as regiões do país. Mesmo com programas e ações voltadas para as áreas da educação, emprego, saúde, esporte, cultura e afins, nem todos os jovens são alcançados, principalmente quando pensamos nos que vivem em áreas mais afastadas, como no interior de zonas rurais, ou aqueles que estão nas periferias. Isso pode se dar por diversos fatores, como as condições

relacionadas à infraestrutura das diferentes regiões do país, os limites orçamentários, a falta de planejamento estratégico, os próprios desafios relacionados à geografia e logística do país se levarmos em conta a sua vastidão e as desigualdades socioeconômicas regionais.

Não podemos nos esquecer também de que enfrentamos a falta de recursos necessários destinados a execução de políticas públicas e pior do que isso, a retirada de investimentos de uma área para a outra. Isso impacta diretamente o progresso das ações e faz com que as políticas criadas não atendam integralmente às necessidades existentes.

Diante disso nos deparamos com a necessidade de construção de estratégias para o melhor desenvolvimento das PPJ, dentre elas é preciso pensar em uma que possa melhor identificar as necessidades e prioridades dos jovens de acordo com as diferentes regiões do Brasil e formas de os alcançar efetivamente. Isso visto que a depender do local onde a população está inserida há prioridades diferentes, como a melhoria do acesso a programas de saúde, de educação, de trabalho e renda, ou de outras áreas que exigem maior demanda. A partir de então também será possível direcionar melhor os recursos necessários a partir das prioridades apontadas, fazendo com que se concentrem nas áreas que maior demandam atenção para gerar um impacto positivo na vida dos jovens.

Deve-se construir estratégias também pensando em uma forma de haver maior colaboração entre os entes federativos, para que assim haja abordagens integradas entre eles e que possam se adaptar de acordo com a realidade vivida em cada local onde irão atuar, buscando maior efetivação no que será implementado. Posto isso, também é preciso que seja criado um meio mais eficaz para o diálogo entre a população e os responsáveis pela elaboração das políticas, para que os jovens também participem do planejamento das políticas, mas para isso é preciso levar em consideração que nem todos sabem como isso funciona.

Outra questão deve ser posta, o monitoramento e a avaliação das PPJ, pois se não houver um sistema eficaz para realizar tais atividades não há como saber o real impacto das políticas na vida dos jovens, dificultando assim que seja mensurado o quão benéfico está sendo a ação executada e o que precisa ser refeito para aprimorar a eficiência das PPJ. É importante nos lembrarmos que já havia um comitê responsável pelo monitoramento das políticas públicas no país, no entanto

desde 2019 suas atividades haviam sido suspensas, mas no ano de 2023²⁵ ele retomou suas atividades, diante disso entra mais uma questão a ser posta, a necessidade de se criar formas para que haja continuidade das ações independente do governo. É preciso que haja comprometimento político para que as ações tenham continuidade independente da gestão, ou não teremos tantos avanços significativos.

²⁵ Por meio do Decreto N° 11.572 de 20 de Junho de 2023 foi instituído o Comitê Interministerial da Política Pública de Juventude (COIJUVE) e entre as suas competências está o monitoramento das ações e programas do Governo Federal para a juventude.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho teve como objetivo analisar as políticas destinadas às juventudes no Brasil a partir da criação do Estatuto da Juventude de 2013. Para alcançar este objetivo foi necessário em um primeiro momento compreender o conceito da juventude e a analisar em sua diversidade. Assim, se buscou primeiro as definições a respeito do que é a juventude e como ela pode ser vista de diferentes modos, em seguida analisando os reflexos que a formação brasileira deixou na juventude, depois os perfis dos jovens no Brasil e por último as primeiras aproximações dos jovens com as políticas públicas.

A princípio, para que pudesse ser entendido as questões que estão por trás da juventude foi preciso abrir mão da ideia de que haveria uma única forma de defini-la pois “construir uma definição da categoria juventude não é fácil, principalmente porque os critérios que a constituem são históricos e culturais” (Dayrell, 2003, p.41). Sendo assim, foi possível passar a entender que “[...] a juventude é uma categoria dinâmica. Ela é transformada no contexto das mutações sociais que vêm ocorrendo ao longo da história (Carrano e Dayrell, 2014)”. A partir disso, foi aberto então um leque sobre as possibilidades existentes para falar da juventude, fazendo com que assim ela passasse a ser vista como uma etapa crucial da vida que será vivenciada de diferentes formas a depender de onde ela está se desenvolvendo e que não pode ser rotulada.

Após isso, foi necessário buscar entender como é a juventude no nosso país, fazendo primeiramente uma análise do processo de formação brasileiro para que assim fosse possível ver quais reflexos da formação da nossa história estão presentes hoje na vida dos jovens. E em meio a esse estudo, retomando a formação brasileira, foi possível notar que a desigualdade social existente desde no início do país ainda é refletida hoje na vida de muitos jovens, uma vez que a maioria dos jovens hoje são negros, assim como a maior parte da população brasileira, e como sabemos, são os negros os que mais sofrem com as desigualdades postas desde sempre.

Para além de cor/raça, para entender como é a nossa juventude, durante a pesquisa foi feita uma análise quanto ao perfil dos jovens brasileiros, e ele se mostrou ser muito amplo e diversificado à sua maneira, visto a quantidade de grupos existentes. Nos mostrando assim, que a depender do local que estivermos iremos nos deparar com jovens que possuem necessidades diferentes, por isso a importância de conhecer bem os diferentes perfis para melhor traçar as políticas públicas para a juventude.

Ao final dessa primeira parte do trabalho, foi realizado um levantamento para saber sobre o envolvimento dos jovens com movimentos sociais e com as políticas públicas. Quanto a isso, foi notado que mesmo que tenha demorado para o país, junto dos governantes começar o movimento para a criação das políticas para a juventude, os jovens já estavam engajados nos movimentos sociais por políticas desde o século passado.

Nessa primeira parte, conhecemos então mais sobre a juventude em si, e para isso foi recorrido principalmente aos livros e pesquisas bibliográficas, para que assim fosse possível criar uma concepção sobre o que é a juventude e a importância desse segmento.

Já durante a segunda parte da pesquisa, entramos mais no nosso objetivo principal, que era de analisar as PPJ a partir do Estatuto da Juventude de 2013. Assim como no início, foi preciso fazer um movimento de buscar em partes, primeiro o que levou à criação do Estatuto, depois as iniciativas governamentais de 2013 a 2022, e por último, quais são os desafios e os impasses postos até os dias atuais para que se efetivem as PPJ.

Quanto às ações que levaram a criação do Estatuto, foram vistos 10 anos dessa tramitação, e no meio disso foi possível aprender sobre as Comissões que foram formadas, para o debate da PPJ, os Grupos de Trabalho, as Propostas de Emendas Constitucionais, as audiências realizadas, os projetos, as conferências, os planos, a criação da SNJ, do CONJUVE e dos programas, tudo isso antecedeu a criação do Estatuto. Em relação a essa parte da pesquisa se tornou perceptível o fato de que o reconhecimento da categoria juventude de forma política é algo que está em transformação e quem tem potencial para que seja melhorado, o Estatuto foi um avanço para a juventude, mas é preciso que se fortaleçam iniciativas que garantam a sua implementação efetiva.

No que se refere ao tópico das iniciativas governamentais de 2013 a 2022, se tornou evidente que mesmo com os avanços para a juventude, como a promulgação do Estatuto, a criação da SNJ, do CONJUVE e das Conferências de juventude, ainda há o que melhorar quanto as PPJ, os programas, as ações e os projetos que envolvem a juventude. Isso porque desde o ano de 2016 após o impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff (PT) vivenciamos no país um retrocesso quanto às políticas públicas e isso também foi notado no governo de 2018 a 2022. Com isso, passamos por diversas reestruturações que gerou o enfraquecimento das PPJ, dificultando o andamento dos programas para a juventude.

E por fim, ao falar sobre os desafios e impasses para que as PPJ sejam efetivadas nos deparamos com diversas questões que se relacionam entre si e que urgem ser resolvidas. Como o enfraquecimento e o desmonte do foi construído ao longo dos anos, a fragmentação, a desarticulação e a descontinuidade das políticas, além da falta de participação da sociedade na construção das políticas e o fato de elas não chegarem em todos os lugares do país.

Na segunda parte então foi desenvolvida a busca para a compreensão das PPJ no Brasil e para isso foram utilizadas além das referências bibliográficas, documentos oficiais como as Leis instituídas que envolvem a juventude, os Atlas das Juventude e demais fontes do Governo Federal.

Sendo assim, agora com as recapitulações postas, serão expostas as constatações sobre o tema pesquisado. O objetivo era analisar as políticas destinadas às juventudes no Brasil a partir da criação do Estatuto da Juventude de 2013 e como elas se configuram e a partir da pesquisa. Isto posto, foram encontrados, o Plano Juventude Viva de 2014, o Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA) de 2015, o Plano Nacional de Empreendedorismo e Startup para a Juventude de 2018 e a atualização do Plano Nacional de Juventude também em 2018. Além disso, foram lançados os programas ID Jovem em 2016, Estação Juventude 2.0 em 2017, o Programa Brasil Mais Jovem em 2018, o Programa Horizontes e o Programa Espaço 4.0 em 2019/20. Desse modo, o que foi possível concluir é que mesmo que tenham sido lançadas essas ações após a promulgação do Estatuto da Juventude de 2013, se analisarmos todo o contexto desses nove anos vivenciados, passamos por momentos de retrocessos e constantes desafios no que diz respeito às políticas públicas, o que afetou o desenvolvimento das PPJ.

Com os retrocessos no campo das políticas sociais de 2016 a 2022 podemos observar que as PPJ foram impactadas negativamente, com as constantes mudanças no que diz respeito à extinção de ministérios e de órgãos responsáveis pelo monitoramento das PPJ, além da realocação dos órgãos responsáveis pela formulação, implantação, supervisão, coordenação e avaliação das PPJ. Comprometendo assim a plena implementação do Estatuto e limitando o desenvolvimento das PPJ.

A pesquisa também revela a necessidade principal da criação de estratégias por parte do Governo que garantam a continuidade das PPJ e dos programas criados a partir delas. Isso porque foi possível notar que com as mudanças administrativas, mudam se também as prioridades e isso tem afetado principalmente as políticas públicas no Brasil, que refletem não só na juventude, mas na população como um todo. Até porque as PPJ precisam refletir um compromisso não somente com o presente, mas também com um futuro e ele precisa ser promissor, e um dos meios para que isso aconteça é a continuidade dessas políticas.

Urge também a criação de mecanismos que fomentem, deem espaços e fortaleçam a participação mais efetiva da população na elaboração das PPJ, respeitando os limites de cada região do país, para que sejam expostas as reais necessidades dos jovens de acordo com os diferentes contextos que vivem. É preciso pensar em meios que integrem todas as regiões do país e atinjam os jovens por todos os lados e não apenas foque em alguns estados do Brasil ou em alguma única área.

Sendo assim, conclui-se este trabalho reafirmando a necessidade de um maior comprometimento com as PPJ, seja por meio da formulação, implementação, continuidade ou da articulação para o desenvolvimento dessas políticas. É fundamental que as ações por parte do governo e dos entes envolvidos com as PPJ sejam melhor direcionadas e que busquem formas de serem contínuas, para que trabalhem além do imediatismo e sejam melhor executadas. Além disso, é preciso se criar mecanismos para que as PPJ alcancem a diversidade da juventude brasileira de forma mais participativa em todos os cantos do país, buscando assim uma transformação para as diversas realidades vividas pela juventude. Para que assim possamos progredir nas Políticas Públicas para a Juventude.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil.** In: PERALVA, Angelina e SPOSITO, Marília (Org). Juventude e contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação, nº.5/6, mai. /dez., 1997.

ABRAMO, Helena (Org). **Conceitos fundamentais:** pontos de partida para uma reflexão sobre políticas públicas. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2014.

ABRAMO, Helena Wendel. **O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileira.** In: Freitas, Maria Virgínia (Org.). Juventude e Adolescência no Brasil: referenciais conceituais. São Paulo: Ação Educativa, p. 19-35, 2005.

BARÃO, M. et al. **Vozes das Juventudes.** Atlas das Juventudes e TALK, Abril, 2021. Disponível em: Acesso em: 23 de novembro de 2023.

ABRAMO, Helena Wendel. *et al.* **Agenda juventude Brasil:** pesquisa nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2013.

BATISTA, Wilson Roberto. **Organizações não governamentais e políticas públicas de juventude:** a atuação da Patrulha Juvenil de Garça. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/96347>

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Comissão Especial da Juventude ouviu sugestões da sociedade.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2009. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/132341-comissao-especial-da-juventude-ouviu-su-gestoes-da-sociedade/>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Conferência da Juventude começa nesta quarta.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2004. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/50343-conferencia-da-juventude-comeca-nesta-quarta/>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

BRASIL. Casa Civil. **Governo Federal lança programa Brasil Mais Jovem 2018.**

Disponível

em:<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2018/marco/governo-federal-lanca-programa-brasil-mais-jovem-2018>. Acesso em: 14 de dezembro de 2023.

BRASIL. **Decreto N°8.074/2013**. Institui o Comitê Interministerial da Política de Juventude e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/D8074.htm impressao.htm. Acesso em: 13 de dezembro de 2023.

BRASIL. **Decreto N°11.572/2023**. Institui o Comitê Interministerial da Política de Juventude. Diário Oficial da União: Brasília, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11572.htm. Acesso em: 29 de janeiro de 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional N° 65/2010**. Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. Brasília: Diário Oficial da União, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm. Acesso em: 21 de novembro de 2023.

BRASIL. **Lei N° 11.129/2005**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11129.htm. Acesso em: 21 de novembro de 2023.

BRASIL. **Lei N.º 12.852/2013**. Dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília: Diário Oficial da União, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em 10 de agosto de 2023.

BRASIL. **Lei N° 13.266/2016**. Extingue e transforma cargos públicos; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e a Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Diário Oficial da União: Brasília, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13266.htm Acesso em: 9 de dezembro de 2023.

BRASIL. **Lei Nº 13.415/2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União: Brasília, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 14 de dezembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Novo Ensino Médio - perguntas e respostas**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%2013.415%2F2017,flex%C3%ADvel%2C%20que%20contemple%20uma%20Base> Acesso em: 14 de dezembro de 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Programa Horizontes vai fomentar empreendedorismo entre jovens**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/outubro/programa-horizontes-vai-fomentar-empendedorismo-entre-jovens>. Acesso em: 10 de dezembro de 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Semana Nacional da Juventude é encerrada com a construção da Agenda Ministerial da Juventude**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/agosto/semana-nacional-da-juv-entude-e-encerrada-com-a-construcao-da-agenda-ministerial-da-juventude>. Acesso em: 16 de janeiro de 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente**. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/juventude.html#historico>. Acesso em: 14 de dezembro de 2023.

BRASIL. Participa Mais Brasil. Colegiados. Conselho Nacional de Juventude. **O Conselho**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/o-conselho8>. Acesso em: 25 de novembro de 2023.

BRASIL. Secretaria Geral. Composição. Órgãos específicos singulares. **Secretaria Nacional de Juventude**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/composicao/orgaos-especificos-singulares/sn>

j. Acesso em: 24 de novembro de 2023.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. **Guia de Políticas Públicas de Juventude**, Brasília, 2006. 48 p.: il.

BRASIL. Secretaria Geral. Juventude. **Estação Juventude**. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/juventude/estacaojuventude>. Acesso em: 9 de dezembro de 2023.

BRASIL. Secretaria Geral. Secretaria Nacional de Juventude. **Competências**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/composicao/orgaos-especificos-singulares/sn-j/competencias>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

BRASIL. Serviços e informações do Brasil. **Horizontes**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/04/programa-investe-ate-r-5-milhoes-em-projetos-voltados-a-juventude>. Acesso em: 10 de dezembro de 2023.

BRASIL. SINAJUVE. Programas da Secretaria Nacional de Juventude. **Espaço 4.0**. Disponível em: <https://sinajuve.mdh.gov.br/programa-espaco/>. Acesso em: 10 de dezembro de 2023.

CALMON, Paulo Carlos Du Pin. **Políticas Públicas: Uma Introdução**. Disponível em: Acesso em: 16 de novembro de 2023.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. In: **Revista Brasileira de Educação**. n.24, p. 40-52, set/out/nov/dez, 2003.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. **Juventude e Ensino Médio: quem é este aluno que chega à escola**. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (Orgs.). **Juventude e Ensino Médio: Diálogos, sujeitos e currículos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 101-133, 2014.

DONATO, C. R. (Org.). **Plano Juventude Viva: caminhos da política de prevenção à violência contra a juventude negra no Brasil**. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2014.

DULCI, Luiza; MACEDO, Severine. **Quando a juventude torna-se agenda**

governamental: reconhecimento político e direito a ter direitos nos governos Lula e Dilma. In: MARTIN, Laura; VITAGLIANO, Luís Fernando (Orgs.). *Juventude no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5ª ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FREITAS, Maria Virgínia (Org.). **Juventude e Adolescência no Brasil: referenciais conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; SILVA, Michelle Moraes de Sá e; LEOPOLDI, Maria Antonieta (ed.). **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. Brasília, DF: Ipea : INCT/PPED, 2023. 564 p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estudos e pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 48. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2022 a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf. Acesso em: 23 de janeiro de 2024.

LANES, Mônica Paulino. **BREVES ANOTAÇÕES SOBRE O PROJovem TRABALHADOR**. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2016, Ribeirão Preto. XV ENPESS, 2016.

LEÓN, Oscar Dávila. **Adolescência e Juventude: das noções às abordagens**. In: Freitas, Maria Virgínia (Org.). *Juventude e Adolescência no Brasil: referenciais conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, p. 9-18, 2005.

MACHADO, P. H. S. S. **A condição juvenil periférica:** notas introdutórias para entender a juventude no capitalismo dependente. *Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, Florianópolis, v. 8, n. 3, set./dez.2018.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep, 1993.

NOVAES, Regina. Políticas de juventude no Brasil: continuidades e rupturas. In: **Juventude e Contemporaneidade**. Coleção Educação para Todos. Brasília, p. 253-275, 2007.

NUNES, Ranchimit Batista. **História da educação brasileira: o negro no processo de constituição e expansão escolar.**

OLIVEIRA, Camila Nunes de. **Juventudes e cidadania às avessas: jovens adultos e a (des)proteção social.** 2023. 277 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Filipe; FURNO, Juliane da Costa. **Juventude da periferia: reflexões iniciais com base na formação brasileira.** In: MARTIN, Laura; VITAGLIANO, Luís Fernando (Orgs.). **Juventude no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p.13-25, 2019.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventude e políticas públicas no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, n. 24, p. 16-39, 2003.

SPOSITO, Marilia Pontes; SOUZA, Raquel; SILVA, Fernanda Arantes e. **A pesquisa sobre jovens no Brasil: Traçando novos desafios a partir de dados quantitativos.** Educação e Pesquisa, v. 44, e170308, 2018.